



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL**

**GESTÃO AGRÍCOLA EM PROPRIEDADES RURAIS FAMILIARES DO VALE
DO GUAPORÉ – RO**

AGOSTINHO FERNANDO ADAMI

**Araras
2013**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL**

**GESTÃO AGRÍCOLA EM PROPRIEDADES RURAIS FAMILIARES DO VALE
DO GUAPORÉ – RO**

AGOSTINHO FERNANDO ADAMI

ORIENTADORA: PROFA. Dra. ANDREA ELOISA BUENO PIMENTEL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural como requisito parcial à obtenção do título de **MESTRE EM AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL**

Araras

2013

Adami, Agostinho Fernando

Influência da Escola Família Agrícola (EFA) na capacidade de gestão da agricultura familiar no vale do Guaporé -RO / Agostinho Fernando Adami -- 2013. 87f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, campus Araras, Araras
Orientador (a): Andréa Eloisa Bueno Pimentel
Banca Examinadora: Andréa Eloisa Bueno Pimentel, Luís Antonio Cabello Norder, Marianna Stella Zibordi
Bibliografia

1. Agricultura familiar. 2. Educação rural. 3. Empreendedorismo. I. Adami, Agostinho Fernando. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática (SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Maria Helena Sachi do Amaral - CRB/8
7083

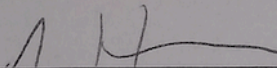
MEMBROS DA BANCA EXAMINADORA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

DE

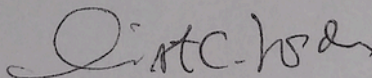
AGOSTINHO FERNANDO ADAMI

APRESENTADA AO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL, DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE SÃO CARLOS, *EM 29 DE NOVEMBRO 2013.*

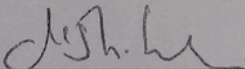
BANCA EXAMINADORA:



PROF^a. DR^a. ANDRÉA ELOISA BUENO PIMENTEL
ORIENTADORA
UFSCar/Araras



PROF. DR. LUIZ ANTONIO CABELLO NORDER
(UFSCar/ADR)



PROF^a. DR^a. MARIANNA STELLA ZIBORDI
(UNIPINHAL)

SUMÁRIO

	Página
ÍNDICE DE TABELAS	i
ÍNDICE DE QUADROS	ii
ÍNDICE DE FIGURAS	iii
RESUMO	lv
ABSTRACT	v
1 INTRODUÇÃO	01
2 REVISÃO DA LITERATURA	04
2.1 Organizações.....	04
2.2 A Importância das organizações no meio rural.....	07
2.3. Gestão de empreendimentos rurais	11
2.4 Ensino rural no Brasil	15
2.5 Escolas Famílias Agrícolas - EFAs	22
2.6 EFA Vale do Guaraporé	29
2.7 Região do Vale do Guaporé	31
3 MATERIAIS E MÉTODOS	39
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	43
4.1. Produtores rurais familiares e pesquisados	43
4.1.1 Características dos produtores e das propriedades	43
4.1.2 Característica da produção agropecuária	45
4.1.3 Os canais de comercialização	49
4.1.4 A gestão dos empreendimentos familiares	51
4.1.5 Acesso ao crédito rural	56
4.1.6 Uso de insumos químicos	58

4.2 Gestão dos empreendimentos rurais na visão dos estudantes (filhos) da EFA Valeo do Guaporé	60
4.2.1. Visão sobre gestão rural	60
4.2.2. Gestão rural e o desenvolvimento da propriedade segundo os estudantes	61
4.2.3 Aplicação pelos estudantes/filhos dos métodos de gestão apreendidos na EFA	64
4.2.4 Aplicação de estratégia de negócio na propriedade.....	64
4.2.5 Uso de métodos de gestão diferentes dos usados pelos pais	67
5. CONCLUSÕES	69
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	71
APÊNDICE 1	77
APÊNDICE 2	81

ÍNDICE DE TABELAS

	Pag.
Tabela 1 Número de EFAs por região geográfica	27
Tabela 2 Área territorial e densidade demográfica, por município pesquisado	35
Tabela 3 População total, rural e urbana, por município pesquisado, em 2010	35
Tabela 4 .Valor Adicionado Bruto, a preço corrente (mil reais), 2010	36
Tabela 5 Porcentagem de população pobre e índice de concentração de renda, por município pesquisado, 2010.....	36
Tabela 6 Número de estabelecimentos familiares e não familiares e área total de cada grupo de estabelecimentos, por município pesquisado.....	38
Tabela 7 Área média de estabelecimentos familiares e não familiares nos municípios pesquisados.....	44

ÍNDICE DE QUADROS

	Pag.
Quadro 1 Tipos de Organizações.....	05
Quadro 2 Pilares das EFAs	28

ÍNDICE DE FIGURAS

	Pag.
Figura 1 Mapa da localização das Escolas Familiares Agrícolas de Rondônia	29
Figura 2 Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) por município pesquisado	37
Figura 3 Como os produtores decidem as técnicas de produção.....	47
Figura 4 Relação entre os produtos produzidos e consumidos.....	49
Figura 5 Distribuição dos produtos da propriedade.....	50

GESTÃO AGRÍCOLA EM PROPRIEDADES RURAIS FAMILIARES DO VALE DO GUAPORÉ - GO

Autor: AGOSTINHO FERNANDO ADAMI

Orientadora: Profa. Dra. ANDRÉA ELOISA BUENO PIMENTEL

RESUMO

Neste trabalho faz-se um levantamento de dados sobre os métodos de gestão empregados por 52 agricultores selecionados nas cidades de Costa Marques, Seringueiras, São Francisco e São Miguel do Guaporé, no estado de Rondônia. Através de pesquisa de campo, foi constatada a importância de algumas organizações, como a escola frequentada pelos filhos dos agricultores, o sindicato dos trabalhadores rurais, as associações e as cooperativas, que permeiam as atividades dos pequenos produtores. Constatou-se a influência do relacionamento dos integrantes familiares nos processos produtivos e administrativos da propriedade, além do que, pelo fato de os integrantes familiares estarem intimamente ligados com a propriedade, dificilmente separam os objetivos pessoais e familiares dos objetivos empresariais. Esses fatos influenciam as tomadas de decisões e exige da escola técnica um ensino de administração que incentive o produtor a construir suas próprias ferramentas de gestão baseado em informações, empreendedorismo e profissionalismo administrativo.

THE REALITY OF MANAGEMENT EMPLOYED BY FARMERS VALLEY GUAPORÉ - RONDONIA

Author: AGOSTINHO FERNANDO ADAMI

Adviser: Prof. Dr. ANDREA ELOISA BUENO PIMENTEL

ABSTRACT

In this work, it is a survey of data about the management methods employed by 52 selected farmers in some selected cities as Costa Marques, Seringueiras, São Francisco and São Miguel do Guaporé, in the state of Rondônia. In this research, it was noticed the importance of some organizations, such as the school households agricultural, the rural workers Union, associations and cooperatives, which permeate the activities of small producers. It was also noticed, the influence of the methodology and the language used in management education. Moreover, there's a fact that some family members are intimately connected with property, and they hardly separate the goals of organization (farm) from personals. This fact complicates the decision they have making and requires technical school teaching management that encourages producers to build their own management tools and information based on entrepreneurship.

1 INTRODUÇÃO

Diversos estudos mostram a relevância da agricultura familiar no país. Estes trabalhos estão mais focados nas funções de caráter social, ou seja, ocupação da terra, geração de renda, produção de alimentos e políticas públicas. Lima e Wilkinson (2002) reforçam esse caráter social e ressaltam que a agricultura familiar, além de criar oportunidades de trabalho, contribui para a permanência do homem no campo, diversificando os sistemas de produção e possibilitando ao agricultor desenvolver uma atividade econômica em maior harmonia com o meio ambiente e com o desenvolvimento regional.

Estrategicamente, esse caráter social e ecológico destacado por Lima e Wilkinson (2002) pode servir para incrementar as vendas do produtor familiar. No entanto, para que isso ocorra, é fundamental que esse produtor tenha controle de sua propriedade para que consiga produzir em quantidades e qualidades específicas demandadas pelo mercado.

Para desenvolver essa visão estratégica, é fundamental que os processos produtivos e comerciais da propriedade rural sejam controlados a partir de banco de dados, de modo que o produtor tenha capacidade, informações e orientações para que as decisões e as estratégias estejam alinhadas com o mercado onde atua e dessa forma, possa aproveitar ao

máximo as oportunidades que surgem ou mesmo criar mecanismos de prevenção contra as adversidades que podem ser endógenas ou exógenas à propriedade.

A gestão, entendida enquanto a coleta de dados, a geração de informações, a tomada de decisões e as ações derivadas dessas decisões, tornam-se um ferramental que, aplicado sistematicamente, contribui para que o produtor alcance seus objetivos organizacionais, familiares e individuais. Para isso, o produtor precisa dominar os processos de gestão (BORTOLINE, 2010).

Nessa perspectiva, merecem destaque as escolas técnicas agrícolas. Segundo Marques e Love (1993), elas podem ser observadas sob dois enfoques: o técnico – que tem como objetivo formar alunos aptos a desempenharem a profissão usando técnicas apropriadas desenvolvidas na escola e praticadas nas propriedades; e o educacional – que visa, além dos conceitos didáticos, uma formação pessoal do aluno, oferecendo-lhe noções de cidadania e liderança.

Este trabalho analisa a realidade da gestão empregada por 52 agricultores familiares presentes no Vale do Guaporé, cujos filhos frequentam a Escola Famílias Agrícolas – EFA Vale, em relação à produção agrícola, comercialização e gestão da propriedade. A análise da gestão também é feita pelo prisma do filho, estudante da EFA. Parte-se do pressuposto de que a gestão das propriedades familiares tende a melhorar com os conhecimentos técnicos adquiridos pelos jovens, cujo conteúdo, de acordo com a metodologia usada pela escola, visa atrelar a realidade do jovem.

Para tal, a dissertação está estruturada da seguinte maneira. Na revisão de literatura são tratados os temas Organização, a fim de contextualizar a importância da Organização para os indivíduos e para entrar na importância da Organização no meio Rural. Em seguida é tratada a gestão de empreendimentos rurais para depois focar a questão do ensino, primeiramente o ensino rural de modo geral no Brasil, num contexto histórico, para depois especificar as Escolas Famílias Agrícolas no Brasil e no Vale do Guaporé (RO). Como a dissertação trata de EFAs presentes na região do Vale do Guaporé (RO) a revisão de literatura termina com a explicação da região e das cidades

onde estão as propriedades pesquisadas. No capítulo 3 é apresentada a metodologia e no capítulo 4 os resultados, divididos em produtores e filhos/alunos das EFAs para depois fazer as considerações finais.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Organizações

As organizações fazem parte do cotidiano das pessoas e estão presentes na sociedade nas mais variadas formas, tornando-se essenciais para o ser humano realizar suas atividades diárias como: comer, vestir, trabalhar, votar, etc. A pluralidade que permeia as organizações fazem com que elas assumam diversas formas, porém, segundo Chiavenato (2005), não existem duas organizações iguais por assumirem características únicas e próprias. Morgan (2009), por exemplo, cita em seu livro “Imagens da Organização” a autocracia e a democracia para descrever a organização e traçar um paralelo dela com os sistemas políticos, da mesma forma que utiliza a burocracia e a tecnocracia para elencar um sistema particular de regras intrínseca de cada organização, ou seja, a forma como a organização impõe seu governo e sua característica de governar. Ainda segundo o autor, as formas de governar politicamente são comumente percebidas nas organizações conforme ilustra o quadro 1.

Quadro 1 - Tipos de Organizações

TIPOS DE ORGANIZAÇÕES	CARACTERÍSTICAS
Autocrática	Seu governo é absoluto e seu poder é sustentado por um indivíduo ou um pequeno grupo, apoiado pelo controle de recursos críticos, pelo direito de propriedade, pela tradição, pelo carisma e outras razões para invocar privilégios pessoais.
Burocrática	As regras são exercidas por meio da palavra escrita demonstrando uma autoridade do tipo racional legal, ou seja, seu governo se estabelece pela lei.
Tecnocracia	O uso do conhecimento, das habilidades e especializações se tornam primordiais na formulação de regras e resoluções de problemas.
Co-gestão	Forma de governo onde as partes opostas entram em consenso para juntas alcançarem interesses comuns.
Democracia Representativa	A regra é exercida, através da eleição, por membros que através de seus mandatos exercem o poder ou elaboram as regras em nome dos que representam. Na indústria isso é percebido através de empresas cujo controle está nas mãos de trabalhadores ou acionistas. Na política essa característica ocorre em governos do tipo parlamentar.
Democracia Direta	Na democracia direta cada um tem direito igual de governar fazendo parte de todas as decisões. Essa característica é notada em organizações cooperativistas e trata-se de um governo auto-organizacional.

Fonte: Morgan (2009)

É comum uma organização exercer as várias características descritas no quadro 1, da mesma forma que é comum para ela direcionar seu governo para uma característica específica sendo mais burocrática ou autocrática, por exemplo. No entanto, vale ressaltar que tanto as organizações burocráticas, autocráticas ou tecnocráticas, como aquelas cujos trabalhadores têm o controle e dominam seus governos (democráticas) tem seus significados e suas naturezas políticas, diferenciando-se apenas nos princípios e nas legitimidades. A razão de ser então da organização é servir a esses princípios e legitimidades, intencionalmente, estruturando-se para isso, sob uma perspectiva de serem construídas e reconstruídas com o passar dos tempos. Nessa perspectiva de se construir e reconstruir, Drucker (1997) vincula o conceito de organização ao conhecimento e, entende que o conhecimento é a

base para que a organização possa definir as funções e as tarefas transformando conhecimento em conhecimento produtivo, ou seja, tornando os processos produtivos inteligíveis, competitivos, especializados e atuais.

Em uma análise mais profunda sobre a existência da organização, Barney e Hesterly (2009), ressaltam que as teorias clássica e neoclássica da economia, começando por Adam Smith, demonstram que existe uma incrível habilidade dos mercados em controlar a produção econômica com grande eficiência, ao efetuar transações a baixo custo, sem a intervenção do governo, ou seja, a economia poderia ser coordenada por um sistema descentralizado de preços, no entanto, conforme os autores, o mercado não é tão eficiente a ponto de coordenar todas as ações da Organização.

Nesse sentido, Coase (1937) relata em seus estudos conhecidos como a “Teoria da Firma” que, a razão da existência das organizações pode ser atribuída ao fato de o custo de gerenciar transações econômicas por meio de mercados é maior do que o custo de gerenciar transações econômicas nos limites da organização. A partir dessa visão onde se gerencia transações no âmbito organizacional, Zawislak (2004) relata que a Teoria da Firma deixa como contribuição o papel da gestão, ao desenvolvimento de alternativas tecnológicas, as relações interfirmas, as estratégias competitivas.

Nesse contexto, para Nelson e Winter (1982), a geração e o desenvolvimento de novas tecnologias se dariam no interior das firmas, onde cada firma seria capaz tecnologicamente de garantir sua competitividade tecnológica, se adaptar e sobreviver no mercado competitivo. As relações interfirmas ocorrem devido aos elevados custos e altos riscos de entrada em mercados extremamente competitivos, onde as firmas viabilizam seus investimentos em capacitação e tecnologias buscando estratégias de cooperação (ZAWISLAK, 2004).

Quanto às estratégias empresariais, segundo Zawislak (2004), é fato que as empresas têm poder de decisão sobre o que fazer, que detém o conhecimento tecnológico e que influenciam o mercado, no entanto, são totalmente influenciadas pelas outras firmas existentes e pelo mercado, sendo

assim, a partir de uma análise ambiental em face a suas competências internas, a firma se posicionará estrategicamente diante do mercado.

2.2 A IMPORTÂNCIA DAS ORGANIZAÇÕES NO MEIO RURAL

Normalmente o que motiva o ser humano a se organizar é a necessidade de enfrentar desafios e, segundo Neto (2008) que cita Franke (1982) quando diversas unidades econômicas da mesma natureza de produção chegam à conclusão que suas ações tomadas individualmente se tornam mais difíceis, essas unidades se unem, formando uma comunidade dotada de organização administrativa e transferem para essa organização as ações coletivas que antes eram efetivadas de forma individual. Assim, o surgimento da organização social no campo está diretamente relacionado às dificuldades individuais de cada unidade econômica, ou firma, em se desenvolverem e se manterem no mercado. (BATALHA, 2008).

Os pequenos produtores rurais estão inseridos em um ambiente de constantes mudanças, dificultando muitas vezes sua instalação e permanência no mercado até atingirem o ponto de maturidade e estabilidade. Assim, a união destes produtores em organizações pode representar uma importante opção estratégica, para juntos enfrentarem as dificuldades que lhes são impostas pelo ambiente institucional, ou seja, se parece ser impossível obter os ganhos típicos dos produtores em escala, se a lógica de mercado é para esses produtores inviável, a cooperação surge como forma estratégica de superarem esse cenário.

Conforme OLSON (1965)¹ citado por SAES (2005) as organizações são grupos de indivíduos que têm interesses comuns a ela, ao mesmo tempo interesses particulares. Pelo fato dos grupos de indivíduos julgarem que suas ações individuais desorganizadas são menos eficientes que a ação coletiva atuam de maneira coordenada a fim de atingirem não só os interesses coletivos (organizacionais), mas também os particulares.

Os interesses organizacionais podem ser representados pela liberdade de gestão de cada propriedade rural familiar e, os particulares, podem ser

¹ OLSON, M. The Logic For Collective Action. Public Goods and The Theory of Groups. Harvard University Press, 1965.

representados pela remuneração de cada integrante familiar pelo seu trabalho, a possibilidade da permanência de todos os integrantes da família na propriedade rural, a oportunidade de desfrutarem de acesso a internet, ao consumo, a tecnologia de produção, a educação, aposentadoria, etc. Sendo assim, os objetivos que dão origem às organizações devem contemplar os interesses coletivos e também individuais, pois as organizações são possíveis e necessárias e sob certas circunstâncias os mercados falham na alocação dos recursos e, é fato que indivíduos possuem interesses particulares que, caso não sejam atendidos, pelo menos em partes pelas organizações é provável que a harmonia interna da organização seja enfraquecida (SAES, 2005).

Esse grupo de indivíduos citado por Saes (2005) forma um sistema de relações sociais que permite a intermediação entre os atores sociais, representados pelo Estado, pela iniciativa privada e pelo mercado, sendo propulsoras de oportunidades como a possibilidade da existência e de sua consolidação no mercado, de participação na formação de políticas públicas, visando à conquista da cidadania e ao acesso a serviços públicos de interesses comuns e individuais. Nesse sentido, essas relações sociais que dão origem às organizações, segundo Olson (1965) citado por Saes (2005), podem ser distintas, onde em um extremo encontra-se a firma, e em outro extremo têm-se as agências governamentais que detêm o poder coercitivo e, de um extremo para outro aparecem as associações de interesse privado, cuja principal característica é o voluntarismo, onde os associados unem-se em busca de um interesse comum, objetivando ao mesmo tempo atender aos seus interesses particulares.

Saes (2005) destaca que o surgimento das organizações pode ser motivado por vários fatores, como, por exemplo, prover bens públicos ou coletivos, prover bens de clube, minimizar custos de transação, alterar as regras de mercado em benefício de seus associados, modificarem alocações alcançadas espontaneamente pelo mercado, propiciar ganhos de escala e solucionar conflitos, e, podem contribuir para que elas alcancem ou acessem interesses comuns por meio da provisão de bens e/ou serviços públicos

Os bens públicos típicos podem ser os não-exclusivos e os não-rivais, cuja característica da não-exclusividade é representada por bens onde não se pode excluir ninguém de seu consumo e, um bem é dito não-rival quando o seu consumo não reduz sua quantidade disponível para os demais consumidores.

De acordo com Hope (2010) os bens públicos podem não ser providos pelo Estado, no entanto, sua intervenção se faz necessária para que a população se sinta confortável com relação à oferta desse bem. Como o mercado competitivo não produz as quantidades ótimas desses bens, a formação de relações sociais representadas por organizações pode facilitar o acesso individual ao bem em questão, o que não aconteceria caso os indivíduos agissem independentemente uns dos outros.

As Organizações Cooperativas são muito relevantes no meio rural para produzir e/ou comercializarem bens e/ou serviços visando satisfazer seus sócios/donos/participantes. Podem ser Cooperativas, Associações, Círculos de Máquinas, Grupos de Máquinas, Grupos Coletivos, Parcerias, Mutirões, Grupos Comunitários. A origem de diferentes formas de cooperação está relacionada com o próprio processo de desenvolvimento da agricultura. Muitas são criadas espontaneamente pelos próprios agricultores, outras surgem mediante a intervenção de agentes externos como instituições governamentais, não-governamentais e agências internacionais de desenvolvimento. As vantagens econômicas, técnicas, sociais e políticas advindas dessa cooperação são (SATO e ESTEVES, 2000, SATO, 1999, CARVALHO, 2002):

- Criação de condições de organização do trabalho e de exploração dos recursos visando aumentar a produção, a produtividade e a renda;
- A divisão do trabalho diminui os esforços físicos individuais, contribuindo para melhora das condições de vida;
- O aumento da produção possibilita o ganho de escala e a possibilidade de processamento de commodities e produtos agrícolas/pecuários;
- Possibilita a coordenação da produção agrícola dos produtores melhorando a qualidade, otimização do uso dos insumos e máquinas/implementos agrícolas e melhora da distribuição;

- Reduz os dias perdidos com viagens de interesse junto ao comércio e bancos;
- Facilita a obtenção de crédito;
- Possibilita condições materiais para que a mulher participe da divisão de trabalho e se integre melhor na comunidade;
- Maior poder de barganha na compra de insumos e na venda dos produtos;
- Facilita a aquisição de máquinas, equipamentos agrícolas, o acesso a assistência técnica e investimento em infra-estrutura como galpões, silos, etc.;
- Luta por condições de bem-estar social, possibilitando o acesso à educação, saúde, energia elétrica, água encanada, telefonia rural, transporte;
- Pode favorecer a conservação do solo através de trabalhos conjuntos no manejo de bacias hidrográficas e outras práticas agrícolas;
- Facilita a produção integrada de culturas e criações;
- A cooperação pode ser usada na urbanização de pequenos núcleos rurais, quebrando o isolamento social das famílias e criando locais de integração comunitária;
- Possibilita melhores condições de lazer e do gozo de férias, sem que o processo produtivo seja interrompido, uma vez que outros trabalhadores estarão substituindo enquanto determinado associado estiver ausente;
- Tende a manter o grupo mais forte para enfrentar dificuldades econômicas;
- Proporciona maior segurança na produção em caso de doença ou de dificuldades familiares;
- Tende a fortalecer laços de amizade, solidariedade e companheirismo;
- Facilita o aumento da consciência política. A organização mais localizada elimina barreiras como a distância, a ingerência política e a falta de representação dos agricultores, desenvolvendo uma cooperação muito mais sólida e efetiva que os sindicatos, por exemplo;
- Se o empreendimento for bem sucedido, pode evitar o êxodo rural.

Dentre as desvantagens, tem-se (CHRISTOFFOLI, 1998):

- Muitos grupos se organizam simplesmente por influência das lideranças, outros porque são fruto de discussão da base.
- Falta de capital inicial para comprar máquinas e equipamentos;
- Baixo rendimento no primeiro ano;
- Dependência de pessoas e órgãos de fora (governamentais);
- Falta ou pouco contato com administradores;
- Choque de ideias e interesses dividindo o grupo;
- Falta de controle do trabalho;
- Radicalismo de lideranças;
- Não envolvimento de mulheres e jovens;
- Não elaboração de um regulamento escrito, discutido e aprovado por todos para ser seguido na hora dos problemas;
- Falta de assessoria (econômico-financeira);
- Não realização de cursos técnicos e políticos para o grupo, que apontem rumos e volte à mística de uma sociedade nova, fraterna, justa e participativa;
- Falta da organização da contabilidade;
- Falta de acompanhamento técnico.

2.3 GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS RURAIS

A capacidade administrativa/gerencial de produtores rurais pode ser considerada um dos determinantes dos resultados técnicos e econômicos obtidos por ele. (CELLA, 2002). Toda Organização depara-se com fatores ligados ao ambiente interno e ao ambiente externo a ela. Na área rural o ambiente interno é formado por aspectos físicos da propriedade (oscilações meteorológicas, características do solo, disponibilidade de recursos hídricos, disponibilidade de infra-estrutura, localização), aspectos biológicos (diferentes espécies e culturas, qualidades de sementes e animais, doenças e invasores), habilidade gerencial do produtor, grau de educação, grau de conhecimento, objetivos.

O ambiente externo, por sua vez, pode ser dividido em macroambiente e microambiente. O macroambiente é composto normas e crenças (históricas, culturais, sociais), oportunidades fora de mercado, políticas macroeconômicas, resultados macroeconômicos, desenvolvimento tecnológico, aspectos demográficos. Tais fatores afetam Organizações de modo geral. O ambiente microeconômico corresponde a sistemas próximos a organização e que interagem com ela de maneira permanente. É composto por fornecedores de insumos, clientes, competidores, órgãos governamentais ou regulamentadores do setor (governo, meios de comunicação de massa, sindicatos, associações empresariais e de classe e organizações não governamentais). A estratégia de uma organização, ou seja, a mobilização dos seus recursos visando atingir seus objetivos deve levar em conta o ambiente externo e o ambiente interno. (CHIAVENATO, 2000).

Queiroz e Zuin (2006, p. 185) destacam a relevância do planejamento dentro dos empreendimentos rurais, assim,

“para que o empreendimento rural tenha maiores chances de sucesso é fundamental que o planejamento tenha sua importância reconhecida no processo de gestão da empresa, sendo importante para isso a capacitação do gestor, para conduzir o negócio”.

O planejamento é a determinação de etapas, prazos e meios para atingir os objetivos da Organização. Para Queiroz e Zuin (2006, p. 170, 172, 173), o planejamento:

“É a definição de metas, estabelecimento de estratégias e desenvolvimento de planos para integrar e coordenar as atividades com base no conhecimento dos fins desejados, dos recursos disponíveis e do potencial das diferentes combinações dos recursos [...] Por direcionar as demais funções administrativas, organizar liderar e controlar, se não for bem estruturado e não houver comprometimento dos envolvidos, todo o processo de gestão fica comprometido [...] No meio rural, em especial em pequenas propriedades, o produtor é responsável pela maioria das funções, porém desenvolve mais habilidades técnicas relacionadas à aplicação prática dos conhecimentos

adquiridos no processo produtivo, dedicando pouca atenção ao desenvolvimento de habilidades humanas relacionadas à compreensão e liderança das pessoas das habilidades conceituais, relacionadas à capacidade de compreender e lidar com a complexidade do seu negócio e elaborar estratégias.”

A administração, segundo Chiavenato (2000) pode ser definida como “interpretar os objetivos propostos pela empresa (organização) e transformá-los em ação empresarial por meio do planejamento, organização, direção e controle de todos os esforços realizados em todas as áreas e em todos os níveis da empresa, a fim de atingir tais objetivos. A organização aqui é entendida enquanto organização materiais, físicos e de pessoas visando atingir os objetivos estabelecidos. A organização aqui engloba o desenho organizacional, o tamanho da Organização e a amplitude do controle.

Silva (2012, p. 94) define planejamento como sendo:

“a análise das informações relevantes do presente e do passado e a avaliação dos prováveis desenvolvimentos futuros, de forma que um curso de ação seja determinado e que torno possível à organização atingir seus objetivos já determinados”.

Através do plano que o planejamento se torna operacional. Dentro do planejamento há a tomada de decisão, ou seja, a escolha entre duas ou mais alternativas, de uma a ser seguida. Trata-se de uma tentativa racional realizada pelo administrador a fim de atingir os objetivos estabelecidos. Isso envolve a determinação do problema, o desenvolvimento de alternativas possíveis para melhor solucionar o problema, a análise das alternativas e seus pontos fortes e fracos e a seleção da melhor alternativa (SILVA, 2012).

“O planejamento empresarial rural é aquele elaborado para uma unidade de produção, aliando-se os recursos internos da empresa a fatores externos, tais como políticos institucionais e mercadológicos” (SILVA, 2012, p. 95).

Depois de estabelecidos os planos e objetivos, a administração deve organizar os recursos físicos e humanos a fim de atingir os objetivos. Segundo Silva (2012, p. 112)

“Os conceitos básicos de organização são analisar, identificar e definir o trabalho a ser feito para realizar os objetivos da empresa. Se esse processo for feito de forma correta, resultará em algum agrupamento lógico de trabalho e em um meio para que as pessoas cooperem com eficácia para atingir os objetivos”.

Dentro desse processo está a divisão de trabalho com seu desenho de cargos e tarefas, a estrutura da organização, ou seja, a cadeia de comando e o fluxo de informação, além da organização da estrutura física com a organização dos campos e benfeitorias, máquinas, equipamentos e materiais. (SILVA, 2012).

Como destaca CHIAVENATO (2000, p, 278):

“Uma vez estabelecidos os objetivos, traçadas as estratégias para alcançá-los, definido o planejamento, detalhados os programas e procedimentos, a posta-em-marcha cabe à função direção. A função de direção se preocupa com que as operações sejam executadas e os objetivos sejam atingidos”.

A direção é uma função vital no processo administrativo segundo Silva (2012). Cabe a ela motivar, liderar, comunicar-se (embora isso deve ocorrer em todos os níveis). O controle, por sua vez, é a verificação se a atividade está ou não alcançando os resultados desejados. Para se ter controle é necessário o estabelecimento de padrões de desempenho. A partir desses padrões, é avaliado o desempenho e há a comparação entre o previsto e o real. E uma ação corretiva, se houver necessidade. Os padrões podem se de quantidade (volume de produção, porcentagem de peças defeituosas, etc.); qualidade (qualidade dos produtos, assistência técnica, etc.); tempo (tempo de processamento de pedido, tempo padrão de produção, etc); custo (custo de processamento de pedido, custo-benefício de um novo equipamento, etc.) (CHIAVENATO, 2000).

2.4 ENSINO RURAL NO BRASIL

Segundo Nascimento (2007, p. 39),

O ensino profissional cujas origens situam-se em tempos remotos, é oriundo de um contexto em que graçavam duas concepções básicas e diferentes de ensino. Uma dirigia-se a educação formal e, por conseguinte, desfrutava de um certo caráter sistemático que, na idade média, deu origem aos colégios e universidades que hoje possuímos. A outra concepção de ensino, com características progressivas, não sistemáticas, lentas e sem método, refere-se àquele destinado à aprendizagem de ofícios e que ficou conhecido como a “aprendizagem medieval”. Foi desta última que se derivou o ramo de ensino que conhecemos hoje como ensino profissional”.

Mendonça (2006) destaca a atuação do Ministério da Agricultura que, desde 1910, focou o ensino agrícola em 3 níveis: elementar, médio e superior. Esse Ministério foi criado em 1909. A autora salienta que em geral a historiografia consagra o ano de 1930 como marco inaugural desse tipo de ensino, contudo, uma vez que em 1931 foi criado o Ministério da Educação e Saúde. Contudo, o ensino rural no Brasil iniciou-se com o Ministério da Agricultura e ficou subordinado a este até 1961, data do surgimento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que centralizou no Ministério da Educação todos os ramos de ensino no país.

Para Mendonça (2006, p. 3) no período após a abolição da escravatura no Brasil, o trabalhador rural:

*“... era definido como marginal à Nação, sendo identificado a caboclos, mulatos e negros derivados da escravidão, a serem transformados em *trabalhadores nacionais* através de práticas educacionais “qualificadoras” de mão de obra, fortemente autoritárias e baseadas em iniciativas imobilizadoras do êxodo rural”.*

Nesse sentido, a atuação do Ministério da Agricultura no ensino rural se dava via Aprendizados Agrícolas (AAs) e Patronatos Agrícolas (PAs), instalados nas estações experimentais, campos de demonstração e postos

zootécnicos ligados ao Ministério. Eram responsáveis por preparar trabalhadores “aptos a manejo de máquinas e técnicas modernas de cultivo, ensinando-lhes, sobretudo, seu valor econômico” (BRASIL, 1918, p. 17 citado por MENDONÇA, 2006, p. 4).

Os AAs tinham como público alvo jovens de 14 a 18 anos, filhos de pequenos agricultores. O curso tinha duração de 2 anos, sob regime de internato. Visava o aprendizado de métodos tidos como racionais de solo, noções de higiene e criação animal, instruções para uso de máquinas e implementos agrícolas. A estrutura visava o ensino pragmático e contava com propriedades agrícolas com coqueiras, pomares e instalações para beneficiamento da produção. Os alunos seriam remunerados via diárias. Parte do dinheiro obtido com a venda da produção agrícola às comunidades vizinhas deveria ser distribuída aos alunos sob a forma de prêmio à produtividade e ao desempenho. Entre 1911 e 1930 o Ministério da Agricultura manteve de 5 a 8 AAs que contavam com 150 a 250 jovens, sendo que metade estava localizada nas regiões produtoras de açúcar e algodão do Norte e Nordeste.

“A despeito de seu número reduzido, a importância dos Aprendizados residiu em difundir os princípios do “ensino agrícola” enquanto instrumentos do poder, material e simbólico, dos grupos dominantes agrários sobre o trabalhador rural, uma vez que, colocando à porta do *rustícola* um saber presidido pela noção de “progresso”, naturalizava-se tanto a oposição entre uma agricultura “moderna” e outra “arcaica”, quanto à subordinação desta à primeira, ambas despidas de conteúdo de classe. Ademais, os Aprendizados mantinham seus internos numa imobilidade própria a *viveiros de mão-de-obra*, onde os fazendeiros da vizinhança recrutavam gratuitamente equipes para tarefas sazonais em suas propriedades” (MENDONÇA, 2006, p. 4).

Nas palavras de Silveira e Lima (2008, p. 1):

“Esta marginalização do ensino rural pode ser explicada pela própria representação de atraso deste espaço, que foi sendo construída a partir da república. O discurso republicano incidia sobre a inserção do Brasil na modernidade, e esta possuía como lema o desenvolvimento e o progresso, estes últimos estavam vinculados ao espaço urbano-industrial, fruto da visão europeia da

realidade. Fato que contribuiu na construção de um imaginário de atraso em relação à escola rural, em que a busca pelo moderno se encontraria na perspectiva de desenvolvimento das escolas urbanas.

Os Patronatos Agrícolas foram criados em 1918 e consistiam numa alternativa às instituições prisionais urbanas, vistas como degradantes e infames. Os PAs habilitavam seus internos em horticultura, jardinagem, pomicultura, pecuária, cultivo de plantas industriais. O público era composto por menores órfãos, entre 10 e 16 anos, recrutados pelos chefes de polícia e juízes da capital federal. Boa parte desses jovens provinham do depósito de presos ou de colônia correccional subordinadas ao chefe de polícia e localizadas na capital federal. Entre 1918 e 1930 os PAs elevaram-se de 5 para 98, instalados em quase todos os estados da Federação. (MENDONÇA, 2006). Como destaca a autora (MENDONÇA, 2006, p. 6)

“As medidas implementadas pelo Ministério da Agricultura até aqui apontadas incidiriam no processo da transição brasileira ao capitalismo, sobretudo por se tratarem de práticas presididas pela coerção extra-econômica da força de trabalho, embora revestidas de um verniz “educativo”.”

A partir dos anos de 1930, os intelectuais ligados ao Ministério da Educação e Saúde (MES) consideraram que as escolas primárias, incluindo as instaladas no campo, deveriam afastar-se do ensino técnico e vocacional. O motivo era não sobrecarregar as crianças com a preparação para o trabalho. Além do MES, criou-se também o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC), levando a reorganização do Ministério da Agricultura com a criação, em 1938, da Superintendência do Ensino Agrícola (SEA). Em 1940 essa Superintendência incorporou o ensino veterinário passando a ser Superintendência do Ensino Agrícola Veterinário (SEAV), com o objetivo de orientar e fiscalizar o ensino agrícola e veterinário em seus diferentes ramos e graus. O diploma do Agrônomo era reconhecido e registrado por essa Superintendência. (MENDONÇA, 2006).

Com o decreto lei 23.978, de março de 1933, os Patronatos passaram para o Ministério da Justiça dando origem ao Serviço de Assistência ao Menor (SAM). Os Aprendizados foram reclassificados em:

- a) Ensino Agrícola Básico – duração de 3 anos, visando formar capatazes. Destinados a jovens a partir de 14 anos com primário completo;
- b) Ensino rural – duração de 2 anos visando formar trabalhadores rurais. Recebia crianças a partir de 12 anos que tivessem recebido certa instrução primária;
- c) Curso de capacitação – direcionado a trabalhadores em geral, sem pré-requisito de diplomas ou qualificação prévia. Eram cursos de curta duração.

Tal classificação manteve-se até 1946, ano da aprovação da Lei Orgânica do Ensino Agrícola (LOEA) discutida logo depois. As Instituições deixaram de ser semi-prisionais e passaram a ter caráter profissionalizante. Mendonça (2006) destaca, contudo, que a preocupação com o fim do analfabetismo não foi apreciada com o devido destaque.

Na Segunda Guerra Mundial, Estados Unidos assinaram tratado com a Pasta da Produção, originando em 1942 a Comissão Brasileira-Americana para a Produção de Gêneros Alimentícios. Recursos dos Estados Unidos seriam investidos no ensino agrícola visando a formação de trabalhadores rurais a fim de maximizar a produção de alimentos necessários aos esforços de guerra.

Dada a industrialização no Brasil a partir dos anos de 1930, a expansão do ensino primário e vocacional passou a priorizar os trabalhadores urbanos, formados em sua grande maioria por migrantes e não o homem rural.

Em 1947 foram criados os Centros de Treinamento de Operários Agrários, órgão ligado a SEAV, em vários estados, principalmente localizados nas regiões norte e nordeste. A Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais (CBAR), também ligado a SEAV, definiu como obrigação a criação de Clubes Agrícolas junto às escolas primárias do meio rural (MENDONÇA, 2006). Tais Clubes, também denominados de Clube de Trabalho, tinham por finalidade dinamizar o desenvolvimento de programas oficiais oferecidos nas escolas. Nas palavras de Lovato (2003, p. 69):

“Podemos observar que a experiência do Clube Agrícola na escola rural consistia no repasse de conhecimentos de novas técnicas e introdução de formas mais complexas de relações entre produção e mercado. Ao analisar a atuação do Clube Agrícola, podemos notar que este atendia uma necessidade posta pelo capitalismo daquele momento. A expansão do capital na época estava associado à penetração de empresas estrangeiras no Brasil e para garantir e ampliar o mercado consumidor, o campo acompanhava a modernização para consumir produtos das multinacionais como implementos agrícolas, sementes, adubos e defensivos agrícolas”

Pelo Decreto Lei 9.613 de agosto de 1946, o Ministério da Educação aprovou a Lei Orgânica do Ensino Agrícola (LOEA) que gerou uma nova direção para a educação profissional agrícola no país. Os Estabelecimentos Agrícolas foram remodelados, formando 5 modalidades:

- 1) Escola de Iniciação Agrícola – direcionada ao Ensino Elementar do 1º e 2º anos do primeiro ciclo de Ensino Agrícola;
- 2) Escola Agrícola – direcionada ao ensino de Iniciação Científica e a curso de mestría, compreendendo o 3º e 4º anos do 1º ciclo;
- 3) Escola Agrotécnica – cursos técnicos e pedagógicos de 2º ciclo de ensino agrícola e cursos de extensão e aperfeiçoamento;
- 4) Curso de Aperfeiçoamento, Curso de Extensão e Curso de Especialização – responsáveis por ministrar o ensino agrícola e veterinário via 2 cursos – os regulares de aperfeiçoamento e especialização técnica visando preparar quadros para as carreiras de especialização do Ministério da Agricultura e avulsos, cursos de extensão universitária;
- 5) Centros de Treinamento – visando formar trabalhadores rurais para desempenhar eficientemente a atividade agrícola. Alguns formavam capatazes e outros professores de ensino rural.

No primeiro ano de funcionamento do CBAR foram fundados 38 Centros de Treinamento. Na análise de Mendonça (2006, p. 17):

“Para além de seu cunho “profissionalizante” e tecnicista, as novas instituições de Ensino Agrícola criadas sob a CBAR

priorizaram a formação do trabalhador rural, afirmando-se enquanto escolas para o trabalho, embora se dedicassem, algumas delas, ao aperfeiçoamento de quadros administrativos do MA”.

As novas instituições de Ensino Agrícola criadas sob a CBAR passaram a privilegiar o trabalhador rural, ou seja, passaram a ser escolas para o trabalho. Na década de 1950 o ensino agrícola no Brasil passou a não mais priorizar as práticas escolares para crianças e adolescentes e sim direcionadas a intervenção de assistência técnica.

“Entre 1930 e 1950, as novas práticas de "ensino" suplantariam, pouco a pouco, sua dimensão escolar, transmutando-se em "assistência técnica" mediante a proliferação de *Clubes Agrícolas* e *Assistência Comunitária*. No novo registro, o "ensino agrícola" se transformaria em instrumento de negação dos conflitos sociais no campo, consagrando a identidade subalterna do trabalhador rural em relação aos demais trabalhadores” (MENDONÇA, 2006, p. 20).

A atuação do governo federal em programas de educação para as áreas rurais pós 1964 visava assistir os pobres, desmobilizar estudantes e neutralizar experiências educacionais consideradas subversivas. Em 1975 foi criado o Promunicípio – Programa de Assistência Educacional aos Municípios, com a finalidade de melhorar as condições socioeconômicas do agricultor familiar, especialmente do Nordeste (LOVATO, 2003).

Em 1976 foi criado o SENAR – Serviço Nacional de Aprendizado Rural, ligado ao Ministério do Trabalho, a fim de coordenar e supervisionar as atividades de formação profissional e em regime de colaboração assistir empresas agrícolas. Criou-se também o Pronasec – Programa Nacional de Ações Socioeducativas e Culturais, a fim de induzir a modernização de atividades do campo e o Edurural – financiado pelo Banco Mundial, o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino no Meio Rural do Nordeste Brasileiro com vigência entre 1980 e 1985, com foco no combate ao analfabetismo nordestino. (LOVATO, 2003).

Nos anos de 1990 o Ministério da Educação não adotou políticas específicas no tocante à educação nas zonas rurais. (BOF, 2006). A partir da

década de 1998, Silva (2008), relata o início de pressões junto ao poder público, com o intuito de que houvesse a formulação de leis, na qual a escola do campo fosse incorporada ao cotidiano dos povos desses lugares, levando em consideração a lei de diretrizes e bases da educação nacional (LDBEN nº 9394/96²), sendo assim, essa pressão exerceu forte influencia sobre a adequação da escola à cultura desse povo.

Em razão disso, surge as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica para escolas do campo, que reconhece o modo próprio de vida social dessa gente e, a importância da utilização do espaço do campo para a constituição da identidade da população rural e de sua inserção cidadã (resolução CNE/CEB nº 1, de 03 de abril de 2002).

O governo brasileiro em 03 de abril de 2002 instituiu as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação – Resolução CNE/CEB nº 1. Nas palavras de Silva Júnior e Fonseca (2010, p. 474):

“Segundo as Diretrizes Operacionais para a Educação básica nas Escolas do Campo, a identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e nos saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva, que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva do País”.

Ainda de acordo com Silva (2008), as diretrizes estão inseridas nas propostas educativas em andamento, e levam em consideração, que a educação no campo é carregada de movimentos sociais e experiências que transcendem a grade curricular de um curso.

²Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. (LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996) <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=75723>

Em 26 de outubro de 2011, pela Lei nº 12.514 foi instituído o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Os cursos foram divididos em eixos tecnológicos, a saber: ambiente e saúde; controle e processos industriais; desenvolvimento educacional e social; gestão e negócios; informação e comunicação; infraestrutura; militar; produção alimentícia; produção cultura e design; produção industrial; recursos naturais; segurança; turismo, hospitalidade e lazer.

No eixo Gestão de Negócios, os cursos técnicos são: administração, comércio, comércio exterior, contabilidade, cooperativismo, finanças, logística, marketing, qualidade, recursos humanos, secretariado, seguros, serviços de condomínio, serviços jurídicos, serviços públicos, transações imobiliárias, vendas. (PRONATEC, 2013).

Como destacam Silva Júnior e Fonseca (2010, p. 472):

“Comungamos com estudiosos da educação no meio rural brasileiro ao defendemos os seguintes princípios pedagógicos: 1) o papel da escola é formar sujeitos, e isso deve articular-se a um projeto de emancipação humana; 2) é valorizar os diferentes saberes oriundos da diversidade de sujeitos no processo educativo; 3) é valorizar os diferentes espaços e tempos de formação dos sujeitos da aprendizagem, pois a educação no campo ocorre tanto em espaços escolares quanto fora deles; 4) é vincular a escola à realidade dos sujeitos; 5) é ter a educação como estratégia para o desenvolvimento sustentável; 6) é desenvolver a autonomia e a colaboração entre os sujeitos do campo e o sistema nacional de ensino”.

2.5. ESCOLAS FAMÍLIAS AGRÍCOLAS - EFAs

As Escolas Famílias Agrícolas (EFAs) são originárias de experiências francesas surgidas no sudoeste da França, em 1935 e organizadas por grupos de agricultores familiares a fim de dar formação aos filhos desses agricultores. Em 1935, 3 agricultores e 1 padre do vilarejo de Lauzum, na França, insatisfeitos com a educação dos jovens, decidiram criar uma escola que respondesse as necessidades de formação e preparação dos jovens, e que

esses não se recusassem frequentar. Criaram uma escola baseada na Pedagogia da Alternância, onde há partilha e integração do poder educativo entre os jovens, os pais e os formadores da escola. Em 1936 17 jovens se inscreveram para a escola, em 1937 eram 40. Os pais decidiram criar uma associação e com financiamento compraram uma casa que deram nome de Casa Familiar de Lauzum e contrataram um formador. Nasceu assim, em 1937, a primeira Casa Familiar. (UNEFAB, 2013).

Os nomes mudavam conforme foram surgindo unidades com esta proposta pedagógica – Maisons Familiales Rurales (MFR), Escola Família Agrícola (EFA), Casas Familiares Rurais. Essas escolas que se desenvolveram principalmente pós segunda guerra mundial, foram responsáveis por ações de difusão de técnicas agrícolas. Contudo, apenas em 1960 o Estado Francês reconheceu a modalidade pedagógica de alternância. (UNEFAB, 2013).

A partir dos anos de 1960 e 1970 o modelo expandiu-se para Itália, Espanha, Portugal, Continente Africano e América do Sul. No Brasil teve início em 1968, na região sul do Espírito Santo, via Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES). Contou com o apoio da Pastoral da Igreja Católica e Lideranças Comunitárias e do Padre jesuíta Humberto Pietrogrande, de origem italiana. Desta forma, o modelo pedagógico adotado no Brasil foi o francês, porém os objetivos da formação, a organização e o funcionamento foram em conformidade com o modelo italiano. (BOF, 2006).

Em 1969 surgiram no Espírito Santo a Escola Família de Olivânia, no município de Anchieta e a Escola Família de Alfredo Chaves, no município de mesmo nome. O período que se estende até 1972 é considerado como da 1ª fase das EFAs no Brasil, seguido pelo período de consolidação das experiências no Espírito Santo (1973- 1987) e posterior expansão e diversificação para diversos estados (1988 em diante). (BOF, 2006).

Inicialmente as EFAs no Brasil foram destinadas à jovens do meio rural, sem limitação de idade e escolaridade. Os cursos tinham duração de 2 anos e adotavam regime de alternância de 15 dias na escola e 15 dias na família. Em 1971 foi regularizado como 5º e 6º séries do ensino fundamental, base de técnico agrícola, contudo o certificado não era reconhecido pelo Estado. A

partir de 1974 as EFAs foram autorizadas a funcionar como curso supletivo (5ª a 8ª série) e passou a ser reconhecida pelo Estado. Em 1976 foi criada a 1ª EFA de 2º grau em Olivânia, em Anchieta (ES), que foi o curso de técnico em agropecuária. Nos anos seguintes surgiram 5 EFAs de 2º grau em diferentes regiões do Espírito Santo bem como expansão as EFAs em outros estados brasileiros. (BOF, 2006).

Em 1982 foi criada a União Nacional das Escolas Família Agrícola do Brasil (UNEFAB) cujas finalidades são (UNEFAB, 2013):

- Representar e defender os interesses das EFAs filiadas, junto aos órgãos municipais, estaduais, federais e internacionais;
- Fomentar e promover a comunicação e intercâmbio de experiências e de materiais educativos entre as EFAs e suas entidades mantenedoras;
- Acompanhar e assessorar o trabalho das EFAs e suas associações, visando assegurar a qualidade das atividades e boa formação dos jovens;
- Manter a unicidade do Projeto Educativo das EFAs, quanto aos seus princípios filosóficos e metodológicos;
- Articular e assessorar a organização e funcionamento das Associações locais e regionais, tendo em vista o fortalecimento institucional e político das mesmas;
- Estabelecer parcerias, convênios, acordos, etc. com Instituições nacionais e internacionais para o desenvolvimento e fortalecimento das ações promovidas pelas EFAs;
- Estabelecer políticas e estratégias para questões de interesse comum no nível nacional;
- Proporcionar momentos de estudos e reflexões sobre temas relacionados ao trabalho das EFAs e outras questões afins.

A UNEFAB é uma Organização Não Governamental (ONG), sem fins lucrativos e possui registro no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). Assessora as Escolas Famílias Agrícolas (EFAs), as Escolas Comunitárias Rurais (ECORs) e outras instituições que adotam práticas

educativas com os mesmos princípios pedagógicos. Além da UNEFAB, que congrega as EFAs e as ECORs, existem também as Associações Regionais das Casas Familiares Rurais (ARCAFAR) que reúne as Casas Familiares Rurais (CFRs) do Sul (ARCAFAR-SUL) e Norte-Nordeste (ARCAFAR Norte/Nordeste). (UNEFAB, 2013).

No final dos anos de 1980 com a expansão das experiências diversificam-se as formas de gestão escolar das EFAs, englobando desde total dependência do setor público local até formas de gestão coletiva via associação de agricultores. (BOF, 2006). As EFAs são definidas como (UNEFAB, 2013):

"Uma EFA é uma Associação de Famílias, Pessoas e Instituições que buscam solucionar a problemática comum da evolução e do desenvolvimento local através de atividades de formação, principalmente dos jovens, sem excluir os adultos".

Na atualidade, o sistema de ensino das EFAs varia. Nos cursos regulares e de ensino médio o sistema de ensino é seriado. No ensino de suplência é multisseriado, sendo 14 anos a idade mínima para ingresso. Divide-se entre o ensino fundamental de 5ª a 8ª série, onde também ocorre a introdução ao mundo do trabalho; e o ensino médio integrado à educação profissionalizante, com duração de 3 a 4 anos. O regime de alternância no ensino fundamental é de 1 semana nas EFAs e 1 semana nas propriedades rurais. No ensino médio são 15 dias nas EFAs e 15 dias nas propriedades rurais e nos cursos de ensino de suplência é de 1 semana nas EFAs e 2 semanas nas propriedades. Mas todas são escolas que, na sua grande maioria, atendem jovens oriundos de famílias de agricultores familiares. (BOF, 2006).

Como explica Nascimento (2005), o conjunto das escolas que adota a Pedagogia da Alternância recebe o nome de Centros Familiares De Formação Por Alternância (CEFFAs) que tem as seguintes características individuais:
-EFAs- As EFAs, além do ensino fundamental e médio escolar, trabalha a educação profissional dos alunos, formando-os em técnicos agropecuários, adotando o regime seriado. O regime seriado é caracterizado pela oferta de

disciplinas fixas, por série. A matrícula é feita na série e não na disciplina. A duração da série pode ser em módulos trimestrais, quadrimestrais, anuais (NASCIMENTO, 2001). As EFAs são inscritas e regularizadas pela secretaria estadual de educação (SEE).

-Casas Familiares Rurais (CFRs)- As CFRs se distinguem das EFAs por adotarem o regime de suplência, onde os alunos podem permanecer duas semanas na escola e uma em casa e priorizam a formação técnica dos alunos.

-Escolas Comunitárias Rurais (ECRs) - As ECRs se assemelham metodologicamente às EFAs, no entanto, são grupos autônomos ligados a movimentos sociais e eclesiais que exercem pressão sobre o poder local com o intuito de implementarem e aprovarem a Pedagogia da Alternância.

Teixeira (2008) destaca que a pedagogia da alternância é uma metodologia que visa organizar o ensino da escola, levando em consideração diferentes experiências que fazem parte da formação do aluno. Tais experiências estão distribuídas ao longo de tempos e espaços distintos, sempre tendo como base a formação profissional do aluno, mas não se limitando a ela. Nesse sentido, Perrenoud (1999, p.7) coloca que o ensino baseado na competência do aluno pode ser entendido como o desenvolvimento da “capacidade desses alunos em agir eficazmente em um determinado tipo de situação, apoiada em conhecimentos, mas sem limitar-se a eles”.

Sendo assim, essa pedagogia através da alternância de momentos distintos, visa formar os alunos para além da capacitação profissional, buscando orientá-los, para serem cidadãos capazes de atuar com competência, ética e dignidade, em harmonia com a sociedade em que estão inseridos.

Silva (2000, p.43) relata que,

“ a alternância surgiu como meio de unificar momentos binários para tentar explicá-la, sejam eles escola e trabalho, teoria e prática, formação e emprego, escolarização e formação criada pela ciência moderna. Por isso, pode-se entender a alternância como uma interação entre diferentes modelos de atividades em que a teoria e a prática são indissociáveis à construção dos

conhecimentos humanos, sociais, práticos e religiosos, dentre outros necessários a formação integral dos jovens”.

Para Azevedo (1999), a importância da pedagogia da alternância não é somente para a formação técnica, mas também para o desenvolvimento, tecnológico, econômico, cultural que envolve a família dos alunos, proporcionando condições dos mesmos permanecerem em seu meio. Portanto, a pedagogia da alternância procura envolver os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas EFA's, nos movimentos sociais, e nas manifestações culturais, assim como prevê a LDB (1996).

Tabela 1 – Número de EFAs por região geográfica

Sudeste	Nordeste				Norte				Centro Oeste							
ES	MG	RJ	SP	BA	MA	PI	CE	SE	RO	AP	PA	AM	GO	TO	MS	MT
23	14	4	1	33	10	8	1	1	4	4	2	1	2	12	1	1

Fonte: BOF (2006, p. 83).

Até 2005 existiam 112 EFAs sendo 103 de Ensino Fundamental e 21 de Ensino Médio (Tabela 1). (BOF, 2006). Segundo dados da UNEFAB (2013), cerca de 200 EFAs estão presentes em 22 estados brasileiros, beneficiando em torno de 20.000 alunos e 100.000 agricultores.

As EFAs tem como princípio a ênfase na participação das famílias e comunidades na gestão da escola e no projeto educacional. O currículo busca adaptar-se a realidade do meio em que o aluno vive. Há disciplinas de base comum como o português e a matemática e disciplinas específicas como a de administração rural, zootecnia, artesanato. E há atividades complementares como aulas práticas, planos de estudo. (BOF, 2006).

Os instrumentos pedagógicos da alternância são (BOF, 2006): Plano de estudo do educando; Plano de trabalho que consiste numa pesquisa sobre a realidade socioeconômica; Caderno da realidade – um dossiê de documentos do plano de estudo, contendo fotos, croquis, desenhos, etc; Colocação em comum, que é a socialização do plano de estudo no meio rural; Fichas pedagógicas a fim de reunir o saber popular com o saber científico; Palestras;

Visitas às famílias realizadas por monitores visando à interação escola x família; Experiências que são atividades de retorno de cada plano de estudo; Projeto pessoal do aluno que consiste na construção de projeto profissional ou continuidade dos estudos; Estágios.

As EFAs são subordinadas a uma Associação de Pais, Alunos, Lideranças e Entidades Comunitárias, responsáveis pela gestão e direção da escola. O organograma funcional é formado por Diretoria, Secretaria, Gerência Técnico-Administrativa, Seção de Atividades Administrativas e Seção de Atividades Técnico-Pedagógicas. (BOF, 2006).

Assim, resumidamente, as EFAS são caracterizadas por quatro pilares, a saber:

Quadro 2 – Pilares das EFAs

Associação	Através da participação efetiva das famílias nas EFA's, busca-se construir uma associação de Famílias, Pessoas e Instituições, com o intuito de se alcançar uma autonomia filosófica e gerencial para a escola.
Pedagogia da Alternância	A pedagogia da alternância tem o objetivo de alternar os momentos de aprendizado e desenvolve-los em três etapas: Observar/pesquisar (meio sócio-profissional); Refletir/aprofundar (meio escolar); Experimentar/transformar (meio sócio-profissional).
Formação integral	Além da formação geral e profissional a EFA leva em consideração todas as dimensões da pessoa humana, valorizando e desenvolvendo as capacidades de cada jovem, despertando nele, a iniciativa, a criatividade, a capacidade de desenvolver trabalho em grupo, o senso de responsabilidade e de solidariedade, participando ativamente da construção do Projeto de Vida Profissional junto com a família e o meio em que vive.
Desenvolvimento local	As EFA's buscam o Desenvolvimento Local Sustentável, através da formação dos jovens suas famílias e o meio em que vivem, primando para o fortalecimento da agricultura familiar e a permanência dos jovens, no meio rural.

Fonte: Adaptado de UNEFAB (2013).

Geralmente as EFAs estão cadastradas em uma associação nacional e regional. A regional, no Estado de Rondônia, é a Associação das Escolas Famílias Agrícolas de Rondônia (AEFARO), criada em 1992 e responsável pela assessoria pedagógica das EFAs do estado. Em Rondônia, as EFAs estão distribuídas da seguinte maneira: EFA Chico Mendes em Novo Horizonte do Oeste; EFA Padre Ezequiel Ramin, em Cacoal; EFA Vale do Paraíso, em Ouro Preto do Oeste; EFA de Itapirema, em Ji-Paraná e a EFA Vale do Guaporé,

em São Francisco do Guaporé. (DECOM, 2013). A figura 1 apresenta a localização das EFAs de Rondônia.

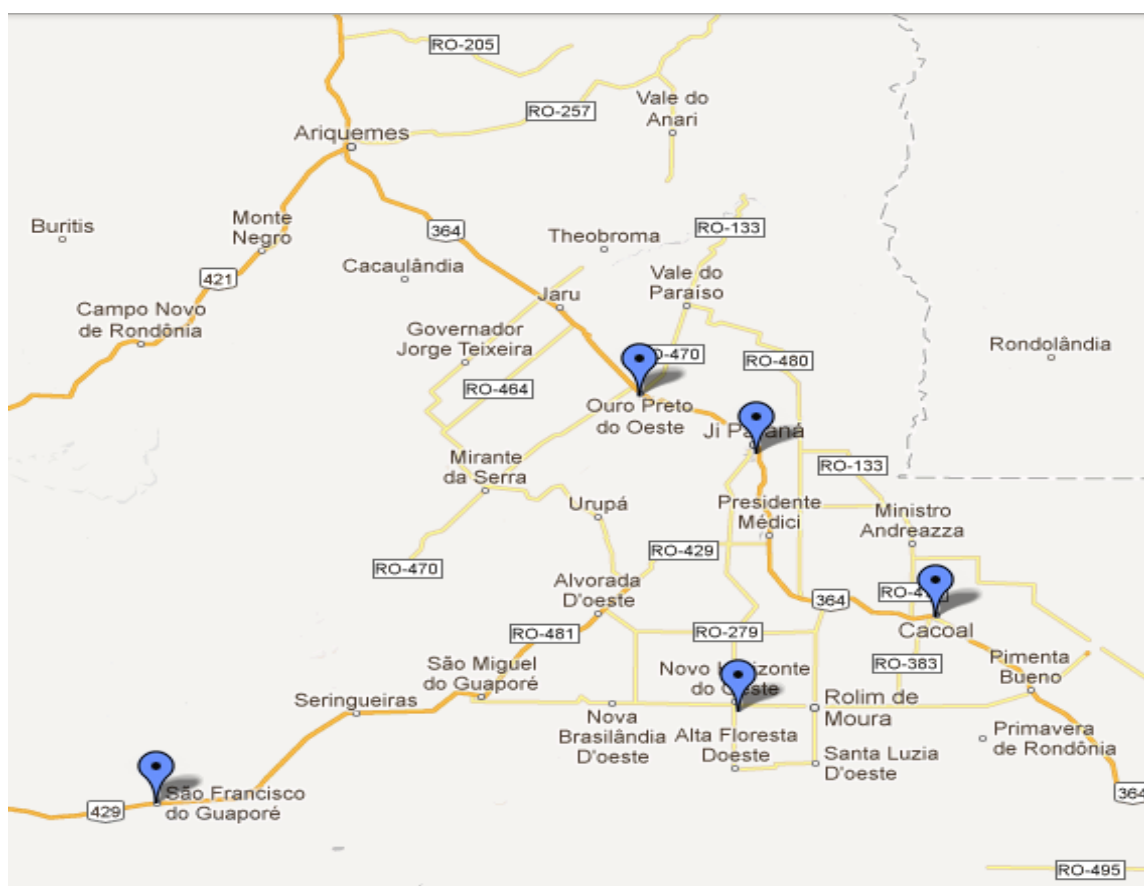


Figura 1 - Mapa da localização das Escolas Famílias Agrícolas de Rondônia.

Fonte: Google (2013)

2.6 EFA VALE DO GUAPORÉ

A Escola Famílias Agrícolas Vale do Guaporé (EFA Vale), localizada no município de São Francisco do Guaporé, no Vale do Guaporé, estado de Rondônia, é uma associação sem fins lucrativos, destinada a prover ensinamento escolar de nível técnico-médio para jovens cujos pais sejam agricultores, de preferência praticantes da agricultura familiar.

Esta escola agrícola atende aos seguintes municípios: Costa Marques (14.452 habitantes); São Francisco do Guaporé (16.491 habitantes);

Seringueiras (12.117 habitantes) e São Miguel (23.201 habitantes) (IBGE, 2010).

A EFA Vale possui, em sua matriz curricular, além dos conteúdos do ensino médio e técnico agrícola, disciplinas ligadas à gestão de empreendimentos rurais. O projeto do jovem empreendedor auxilia os alunos a desenvolverem projetos agrícolas em suas propriedades, aplicando os conceitos de gestão, como elaboração de um plano de negócios, análises de viabilidade financeira e comercial do empreendimento e decisões baseadas em informações.

Um dos objetivos da EFA Vale é que, com a gestão das propriedades, as famílias dessas localidades possam ganhar eficiência e gerar desenvolvimento à medida que o conhecimento técnico-científico é aplicado.

Como a maioria das EFAs, a EFA Vale do Guaporé é gerida pela associação de famílias que a compõe e sempre estão abertas a parcerias e convênios que viabilizem suas atividades. É assistida no estado de Rondônia, pela Associação das Escolas Família Agrícola de Rondônia (AEFARO), como já destacado. No seu Estatuto prevê o envolvimento das famílias, das comunidades e entidades interessadas no processo de discussão dos conteúdos curriculares e no desenvolvimento da produção familiar.

Esta escola iniciou seus projetos nos anos de 2003/2004, em um espaço rural doado pelo Sr. Renato P. Lunas e a Prof^a Aurora da Costa Lunas, que foram os idealizadores dos projetos. Em 2012 a EFA trabalhava com os alunos, as questões técnicas e políticas que envolvem a sociedade e a agricultura, desenvolvendo projetos que visam a cooperação mútua, o cooperativismo, a educação ambiental, além de propagar técnicas produtivas menos dependentes de insumos externos e adota como princípio pedagógico a pedagogia da alternância.

De acordo com Simione (2009), os estudantes são orientados pelos professores que também são monitores. Os professores recebem assessoria do Diretor, do Coordenador Pedagógico e de um Orientador Educacional. É importante ressaltar que todos os envolvidos no processo de ensino

aprendizado são especialistas na pedagogia adotada pela escola e partilham da mesma filosofia de educação.

A eficiência da EFA e da pedagogia por ela adotada pode ser verificada através dos resultados demonstrados. Em oito anos a escola contribuiu com a formação de 115 jovens, na profissão de técnicos em agropecuária que promovem o desenvolvimento da região dando assistências técnicas para os agricultores familiares e, mais importante, levando os ensinamentos técnicos adquiridos na EFA com uma linguagem específica e eficiente para esses agricultores.

Eficiente, também, no sentido de serem ouvidos e seguidos pelos agricultores por fazerem parte da comunidade, vivenciando as necessidades dessa comunidade e não impondo novos conteúdos ou técnicas que fujam da realidade dos agricultores que formam essa comunidade.

O fato dos alunos estenderem os conhecimentos técnicos adquiridos na EFA para a sociedade faz com que esse ato seja caracterizado como uma forma de extensão. Conforme Freire (1969) o objetivo do extencionista é estender seu conhecimento e técnicas e, o fato dos alunos estarem inseridos no contexto de vida dos agricultores, faz com que o conhecimento seja construído levando em consideração os agricultores e seu tempo de aprendizado, a linguagem usual, suas capacidades técnicas e tecnológicas, e principalmente as características da região.

2.7 REGIÃO DO VALE DO GUAPORÉ

Wagner *et. al.* (2010, p. 20) destacam que:

“uma região raramente é homogênea, podendo ser composta de espaços que apresentam características ecológicas distintas ou que foram ocupados de maneira diferenciada, o que viria a influenciar as atividades agrícolas conforme a região”.

Por outro lado, como bem destacam Souza e Pêsoa (2000), a construção do território nacional brasileiro foi, de maneira geral, direcionada por uma reduzida elite, visando controlar a base natural sem se preocupar com o

conteúdo histórico e humano já existente. Não houve nenhuma intenção de construir uma sociedade mais sim explorar uma população pobre como mão de obra para a ocupação e transformação do espaço. Na Amazônia não foi diferente. A população da localidade foi historicamente escravizada, apropriada e muitas vezes massacrada. No período do Império e da República, com o ciclo da borracha, além de índios e caboclos locais também foram explorados nordestinos que se deslocaram par lá,

Assim,

“Foi nesta mesma base, de formação do território brasileiro e amazônico, que ocorreu também a formação do atual território rondonense. As terras que constituem o atual estado de Rondônia foram, primeiramente, tomadas ao índio por seringueiros. Posteriormente, o próprio Estado e o capital expropriaram não somente o índio, como também o garimpeiro, o posseiro, o seringueiro, o ribeirinho, entre vários outros. As terras do estado permaneceram, historicamente, sob o controle de uma oligarquia regional. A esta oligarquia foram associadas grandes empresa do capital nacional e internacional, que exploraram não somente a população aritóctone como também os recursos ambientais” (SOUZA E PÊSSOA, 2000, p. 144).

Esse processo narrado por Souza e Pêssoa (2000) gerou e gera conflitos pela posse da terra no estado. Segundo Fernandes (2012), o processo de ocupação humana que constituiu o atual estado de Rondônia começou no final do século XVII e início do século XVIII, época em que a Coroa Portuguesa, juntamente com os bandeirantes e os jesuítas, realizavam operações que resultaram na descoberta de ouro na região do Alto Madeira e do Vale do Guaporé. Após esse período, iniciou-se o primeiro ciclo da borracha, especificamente no século XIX, resultando em um grande processo migratório, com cerca de 80 mil pessoas (seringueiros, peregrinos e seringueiros), que se estabeleceram nas margens dos rios Madeira, Jamari, Giparaná e Guaporé-Mamoré.

Na década de 1940, em função da Segunda Guerra Mundial, houve um aumento na demanda por látex. Por essa razão, o Governo Federal incentivou a formação de um grupo especial de seringueiros, os quais foram denominados

“soldados da borracha”, o que fomentou a vinda de nordestinos para a região. A produção de borracha para a II Guerra Mundial e a produção de minérios, especialmente cassiterita, determinaram a dinâmica de ocupação do território rondonense no período. (SOUZA E PÊSSOA, 2000)

No período de Getúlio Vargas (1930-45), houve esforço para minar o poder das oligarquias regionais e formar um poder central controlado pelo Estado. É nesse período, especificamente em 13 de setembro de 1943, que o atual estado de Rondônia foi definido inicialmente com a criação do Território Federal do Guaporé, englobando terras do Amazonas e do Mato Grosso, na região denominada de “Fundão da Amazônia”. A opção do Governo foi ocupar o Brasil com brasileiros e não com imigrantes estrangeiros.

Assim, os espaços “desocupados” do Cerrado e da Amazônia deveriam ser ocupados, garantindo a manutenção das fronteiras e a formação de um mercado interno mais amplo. A extensão das terras da região pertencia à União. Dessa forma, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) teve papel fundamental na transferência da posse das terras públicas aos particulares, atribuindo o título de posse das áreas maiores para grandes produtores que detinham condições financeiras de investir na agropecuária, ao passo que as áreas menores deveriam atender os pequenos produtores rurais. Vieram, nessa época, pessoas de várias regiões do país, principalmente do Sul, em busca de terras produtivas para iniciarem suas atividades.

Com o início da ditadura, em 1937, o Estado passa a cumprir efetivamente o papel centralizador e declara sua opção pela modernização do país e pela indústria. Dentre as ações, destaca-se o Plano Rodoviário Nacional e as propostas de reestruturação da divisão territorial dos estados. Nesse plano, em 1944, foi planejada a rodovia Cuiabá-Porto Velho (BR 364) cuja construção foi interrompida em 1947 com apenas 55 km construídos e finalizada em 1960 com a ligação entre Cuiabá e Porto Velho apenas.

A criação do Território Federal do Guaporé teve por finalidade garantir a segurança da fronteira oeste e o controle federal de uma área estratégica para a centralização do poder defendida por Vargas. Contudo,

“É importante ressaltar que a criação do Território Guaporé atendeu também aos interesses das elites locais, que viam nessa ação a única forma de manter a antiga economia extrativista, baseada no barracão, no latifundiário e na exportação. O que foi de encontro com os objetivos do Governo Federal, que também não vislumbrava a implantação de uma colonização baseada na pequena propriedade, mas sim, desviar os conflitos agrários do Nordeste e os conflitos urbanos dos grandes capitais para o extremo oeste”. (SOUZA E PÊSSOA, 2000, p. 155).

Houve tentativa por parte dos governos Dutra e Vargas de promover a ocupação produtiva do território futuro de Rondônia com base na agricultura via formação de Colônias Agrícolas. Surgiram as Colônias Agrícolas Antenor Navarro, Iata, Candeias, Areia Branca, Nipo-Brasileira. O processo de formação dessas colônias, contudo, ocorreu de forma lenta e sem investimentos. Muitos seringueiros foram incluídos nos projetos das colônias agrícolas. A Colônia Beiradão surgiu espontaneamente. Apenas a Colônia Nipo-Brasileira, criada em 1948 e que contou com recursos financeiros da embaixada japonesa em Belém, atingiu o objetivo de gerar excedente agrícola para as cidades.

A exploração da cassiterita nos anos de 1960 trouxe um novo dinamismo econômico para a localidade. A exploração artesanal/individual em 1964 foi proibida e as jazidas de minério de ferro cedidas à exploração de grandes conglomerados nacionais e internacionais. Nesse contexto, para Souza e Pêssoa (2000, p. 156), “o período de exploração de cassiterita em Rondônia foi, certamente, o que mais representou a entrega das riquezas para grupos internacionais. Com as riquezas minerais foram, também, as terras entregadas”.

Ribeiro (2005) afirma que desde a divisão das terras na região, o pequeno produtor do Vale do Guaporé encontra-se descapitalizado, desorganizado e isolado, com dificuldades para o desenvolvimento das atividades agrícolas produtivas, lucrativas e sustentáveis.

Dados do Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2012, 2009) indicam que Rondônia possui 87.077 estabelecimentos agropecuários, sendo 75.251

estabelecimentos familiares (conforme Lei nº 11.326³) em 3.302.769 ha e 11.826 estabelecimentos não familiares, situados em 5.026.364 ha. O índice de Gini que mede a concentração de terras elevou-se de 0,655, em 1985, para 0,718, em 2006. Cabe destacar que, quanto mais próximo de 1, maior o grau de concentração de posse da terra. Do total de estabelecimentos, 6.133 têm produção orgânica, mas apenas 351 têm certificação.

Os municípios que compõem o universo desta pesquisa são Costa Marques, Seringueiras, São Francisco do Guaporé e São Miguel do Guaporé. São municípios de pequeno porte, elevada área onde territorial e conseqüentemente baixa densidade demográfica (tabela 2). A participação da população presente na área rural é acima de 60% nos municípios de Seringueiras e São Miguel do Guaporé ao passo que nos outros dois municípios acima de 45% da população total é rural (tabela 3).

Tabela 2 – Área territorial e densidade demográfica, por município pesquisado.

Município	Área Territorial – Km²	Densidade Demográfica – hab/ km²
Costa Marques	4.987.177	2,74
Seringueiras	3.773.505	3,08
São Francisco do Guaporé	10.959.767	1,46
São Miguel do Guaporé	7.460.219	2,93

Fonte: IBGE Cidades (2013)

Tabela 3 – População total, rural e urbana, por município pesquisado, em 2010.

Município	População total	População rural	População urbana
Costa Marques	13.700	6.196 (45,22%)	7.504 (54,78%)
Seringueiras	11.649	7.242 (62,20%)	4.407 (37,80)
São Francisco do Guaporé	16.019	7.792 (48,64%)	8.227 (51,36%)
São Miguel do Guaporé	21.824	13.353 (61,18%)	8.471 (38,81%)

Fonte: Censo 2010, IBGE (2012)

³ Lei nº. 11.326, de 24 de julho de 2006: Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2011).

Na composição do Produto Interno Bruto (PIB) a agropecuária tem a segunda maior participação, perdendo para o setor de serviços, exceto em São Francisco do Guaporé, onde é a mais importante (Tabela 4).

Tabela 4 – Valor Adicionado Bruto, a preço corrente (mil reais), 2010.

Localidade	Agropecuária	Indústria	Serviços
Rondônia	2.347.090	1.597.567	7.532.831
Seringueiras	57.023	11.714	69.480
Costa Marques	45.370	7.972	76.414
São Francisco do Guaporé	102.398	13.626	95.419
São Miguel do Guaporé	121.871	113.416	136.832

Fonte: IBGE Cidades (2013)

Os municípios pesquisados apresentam médio Índice de Desenvolvimento Humano - IDHM (figura 2). Embora o índice tenha evoluído significativamente entre 1991 e 2010, o índice de pobreza é elevado – em torno de 32% em Seringueiras e São Francisco do Guaporé, 35,6% em Costa Marques e 26,7% em São Miguel do Guaporé. O índice de gini que mostra a concentração de renda tem valores semelhantes aos presentes nos municípios do estado de São Paulo (tabela 5).

Tabela 5 – Porcentagem de população pobre e índice de concentração de renda, por município pesquisado, 2010.

Município	Índice de Pobreza - 2010	Índice de Gini – concentração de renda – 2010
Costa Marques	35,68%	0,41
Seringueiras	32,09%	0,39
São Francisco do Guaporé	32,28%	0,39
São Miguel do Guaporé	26,77%	0,38

Fonte: IBGE Cidade (2013)

A exemplo do que ocorre no Brasil de modo geral, o número de estabelecimentos familiares presentes nos quatro municípios é bem superior ao número de estabelecimentos não familiares, contudo, possui área total inferior ao segundo (tabela 6).

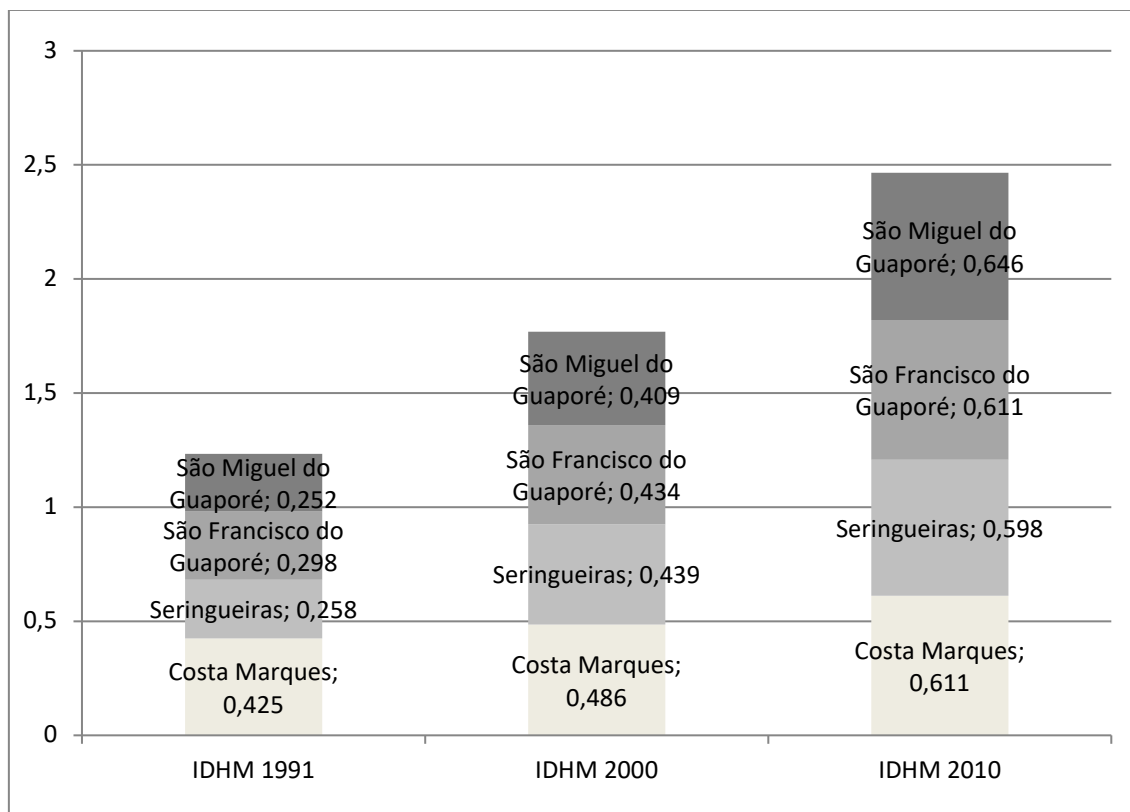


Figura 2 – Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), por município pesquisado.

Fonte: IBGE Cidade (2013)

Em 1928 foi criado o município de Guajará-Mirim, pertencente ao estado de Mato Grosso, sendo Costa Marques um dos seus distritos juntamente com Generoso Ponce (Jaci-Paraná) e Presidente Marques (Abunã). Em 17 de abril de 1945 Costa Marques deixa de ser distrito de Guajará-Mirim, voltando a ser apenas uma localidade do território federal do Guaporé. Em 30 de janeiro de 1978 a localidade voltou a ser distrito de Guajará-Mirim e depois em julho de 1981 foi emancipado. (IBGE, 2013).

Seringueiras surgiu como núcleo urbano de apoio rural do Projeto de Colonização Bom Princípio. O município foi criado em 13 de fevereiro de 1992, como área desmembrada dos municípios de São Miguel do Guaporé e Costa Marques. A bacia hidrográfica do Rio São Miguel foi grande produtora de borracha, daí o nome de Seringueiras. (IBGE, 2013).

São Francisco do Guaporé foi originária do núcleo urbano formado na segunda metade da década de 1980, por colonos que migraram para ocupar terras as margens da BR-429, que liga a BR-364 (Rio Branco/AC a Curitiba/MT) a Costa Marques e se fixaram nas margens do rio Manoel Correa ou São Francisco. O município foi criado em 22 de dezembro de 1995 como desmembramento dos municípios Costa Marques e Seringueiras. (IBGE, 2013).

São Miguel do Guaporé foi criado em 06 de julho de 1988, com área desmembrada do município de Costa Marques. O povoado surgiu do projeto de colonização Bom Princípio. (IBGE, 2013).

Tabela 6 – Número de estabelecimentos familiares e não familiares e área total de cada grupo de estabelecimentos, por município pesquisado.

Município	Familiar – Lei nº 11.326		Não Familiar	
	Número de Estabelecimentos	Área – ha	Número de Estabelecimentos	Área - ha
Costa Marques	854	56.495	177	99.556
Seringueiras	1.686	63.643	166	106.724
São Francisco do Guaporé	1.601	89.421	317	161.597
São Miguel do Guaporé	3.344	108.376	261	123.953

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE,2012)

3 MATERIAL E MÉTODOS

Foram entrevistados 52 (cinquenta e dois) agricultores rurais familiares do Vale do Guaporé (RO) e seus filhos, presentes nos municípios de São Miguel do Guaporé, Seringueira, São Francisco do Guaporé e Costa Marques. O recorte inicial da pesquisa foram os municípios. Estes tinham que atender a dois critérios – estar na região atendida pela EFA e estar envolvido com o Programa Solidário desenvolvido na região pelo Claretiano Solidário, parceiro da pesquisa.

Os critérios de seleção dos produtores familiares foram os seguintes: 1) ter filho matriculado e frequentando as aulas na EFA; 2) serem participativos nas reuniões estabelecidas pela EFA; 3) e, finalmente, serem agricultores familiares, conforme estabelece a Lei nº 11.326/2006.

Foi elaborado e aplicado um questionário contendo perguntas semiestruturadas (apêndice 1). O questionário dividiu-se em duas partes – uma foi aplicada aos produtores e a outra aos filhos, separadamente. Contudo, vários pais contaram com a ajuda dos filhos para responder as perguntas. Todos os entrevistados assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (apêndice 2). A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos, na UFSCar, sob processo nº FR 47455.

As questões aplicadas aos produtores foram relacionadas com: a) características dos produtores e das propriedades; b) produção: o que produzem, decisão de produção, definição de técnicas de produção, divisão do trabalho, contratação de mão de obra, autoconsumo; c) comercialização: decisão de formas de comercialização, canais e dificuldades encontradas; d) gestão de suas propriedades: como ocorre, dificuldades encontradas, planejamento dos gastos, uso de cálculo de receitas e despesas como informação gerencial, participação dos filhos no processo de gestão, técnicas de controle financeiro, planejamento da produção, possibilidade de ampliação da produção e visão do empreendimento a curto, médio e longo prazos.

A análise do questionário aplicado aos filhos dos produtores rurais do Vale do Guaporé em Rondônia, teve como objetivo entender como os alunos percebem a administração na propriedade familiar, quais conteúdos sobre essa ciência eles se interessam e conseqüentemente, aprendem, como eles aplicam os métodos administrativos na propriedade, quais as visões de empreendedorismo eles obtêm através dessa ciência e como eles analisam a administração da propriedade familiar. O questionário aplicado aos alunos foi baseado em cinco questões, a saber:

1. O que você aprendeu sobre administração Rural que considera muito importante para o desenvolvimento da propriedade de sua família.
2. Você consegue aplicar com facilidade os métodos administrativos que aprende na escola na propriedade de sua família? Se não por quê?
3. Já aplicou algum plano ou estratégia de negócio que aprendeu no curso na propriedade de sua família? Caso sua resposta for sim, especifique qual plano ou estratégia.
4. Se a propriedade fosse sua usaria algum método de administração diferente da usada na propriedade familiar?
5. Você considera a gestão da propriedade exercida pelo seu pai aberta ou fechada para novidades e técnicas administrativas?

O primeiro momento da pesquisa ocorreu entre os dias 02 e 12 de julho de 2012, onde foram feitas visitas aos agricultores e participação em reuniões, que ocorreram no refeitório da EFA Vale de São Francisco do Guaporé. Nessas reuniões, foram debatidas algumas questões como o emprego da mão de obra, economia solidária, permanência dos filhos na propriedade, gestão da propriedade, flexibilidade dos proprietários com relação às novas tecnologias e participação dos filhos nos processos produtivos e gerenciais e, por fim, a importância da EFA para os agricultores.

O segundo momento da pesquisa de campo ocorreu entre os dias 13 e 22 de julho de 2012. Nessa etapa, foi distribuído o questionário para os agricultores pré-selecionados na primeira fase. Durante o processo de visita às propriedades, para a aplicação do questionário, a ajuda e assessoria recebida da Secretaria Municipal da Agricultura do município de São Francisco do Guaporé, do Sindicato dos trabalhadores Rurais da região e da Cooperativa dos Produtores Rurais de Seringueiras-RO foram fundamentais para que o encontro com os agricultores fosse possível.

Essa divisão da pesquisa em dois momentos deu-se a fim de que esta alcançasse seus objetivos por meio do método da entrevista focalizada. Segundo Alencar e Gomes (1998), esse tipo de entrevista tem características peculiares, que são:

- está centrada em tópicos dispostos em um roteiro que a serem abordados durante a entrevista; no caso do trabalho, os tópicos dispostos objetivaram analisar a forma como os agricultores entendem e praticam a gestão de suas propriedades.
- esses tópicos não assumem a forma de questões estruturadas, mas sim de questões semiestruturadas; portanto, a fase das conversas e entrevistas com os agricultores é de fundamental importância para que o pesquisador consiga fazer a análise dos dados e interpretar com eficiência as respostas dos agricultores ao questionário.
- Não pode haver nenhuma restrição ao aprofundamento dos tópicos por meio de questões que emergem durante a realização da entrevista.

A análise do questionário ocorreu pela contagem das respostas dos agricultores, sem o auxílio de nenhum *software*, pois, na contagem, existia a necessidade de interpretações, que eram possíveis pelo fato de antes da aplicação do questionário ter havido as entrevistas. Somente após a contagem e análise dos dados, utilizou-se o *software Excel* para construir gráficos, com o intuito de visualizar os resultados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 PRODUTORES RURAIS FAMILIARES PESQUISADOS

4.1.1 Características dos produtores e das propriedades

Constatou-se que dos 52 proprietários rurais entrevistados, 7 possuem o ensino fundamental completo, 22 possuem o ensino fundamental incompleto, 1 possui o ensino superior completo, 8 possuem o ensino médio incompleto, 15 possuem o ensino médio completo e 1 não respondeu.

A média de integrantes é de 4,74 por família, valor superior ao da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) realizada em 2009, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), que registrou um número médio de 3,1 pessoas por família residente em domicílio particular (zona urbana). Desses 4,74 integrantes, 3,75 trabalham na propriedade, índice que caracteriza as propriedades rurais como familiares.

A quantidade média de hectares das famílias entrevistadas é de 64,38 ha, sendo que a média para todo o estado de Rondônia levantada em 2006, pelo Censo Agropecuário (IBGE, 2012), é de 43,89 ha. Considerando apenas o universo familiar, a área média de hectares encontrada é semelhante a

existente no município de Costa Marques e superior a presente nos demais municípios (Tabela 7).

Tabela 7 – Área média de estabelecimentos familiares e não familiares nos municípios pesquisados

Municípios	Área média - Estabelecimento familiar - ha	Área média – Estabelecimento não familiar - ha
Costa Marques	66,15	562
Seringueiras	37,74	642,91
São Francisco do Guaporé	55,85	509,76
São Miguel do Guaporé	32,41	474,91

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2012)

Cabe destacar que 14 produtores não souberam ou não quiseram responder à pergunta sobre o tamanho da propriedade e não foram considerados nesta média apresentada. Os produtores são proprietários, no entanto, 48% dos entrevistados não possuem o título de posse da terra, 1 proprietário arrenda sua terra para terceiros e 1 produtor é arrendatário de terras. Se considerar Rondônia, 2,93% dos estabelecimentos não estão em condições legais de terra (IBGE, 2012).

Quanto à Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP, 44% dos participantes possuem-na, enquanto 56% ainda não. Essa declaração possibilita o acesso a créditos e a programas do governo federal voltados para a agricultura familiar. Se considerarmos a definição de “agricultor familiar”, conforme a Lei nº 11.326, todos os agricultores pesquisados se enquadram como familiar, exceto 1 produtor, cujo tamanho da propriedade excede os 4 módulos fiscais. Cada módulo fiscal na cidade em que esse produtor se encontra tem o tamanho de 60 hectares, ao passo que sua propriedade tem 400 hectares. Esse produtor foi mantido no universo da pesquisa, dada suas demais características que o enquadram como agricultor familiar, a saber: a mão de obra empregada em sua propriedade na realização das atividades econômicas é da própria família; a renda principal tem origem na realização dessas atividades; o empreendimento é gerido pela própria família.

4.1.2 Característica da produção agropecuária

Há uma grande diversificação da produção agrícola dos agricultores familiares na região do Vale do Guaporé em Rondônia, o que confirma a teoria de Graziano da Silva et al (1983), que afirmam que uma das alternativas para que o agricultor familiar mantenha-se no campo é a diversificação das atividades agropecuárias, podendo, assim, fugir da complicada situação das unidades de produção familiares diante dos sistemas produtivos especializados, que são características das *commodities* agrícolas.

Entretanto, Graziano da Silva (2001) salienta que diversificar a produção agrícola pode não resolver os problemas e trazer poucas melhorias na renda das famílias agrícolas, que passam a depender dos mercados locais de trabalho para complementar sua renda. A diversificação também pode gerar perda de foco, dificultando a gestão dos custos e o cálculo de ganhos e perdas de cada cultura.

Essa diversificação de produtos foi detectada nesta pesquisa com a característica de abastecer as cidades mais próximas e as cooperativas que auxiliam os agricultores familiares na comercialização de seus produtos, além de servir, também, para a alimentação da família agrícola. Dessa forma, a diversificação destina-se não só à ampliação do portfólio de produtos e ao mercado, mas também para garantir o autoconsumo.

A análise de como as famílias decidem o que produzir, a expressão “em família” ocorreu 31 vezes, o que demonstra que as famílias decidem o que produzir juntas, por meio de diálogos, reuniões, análises etc. Foram detectados vários termos técnicos nas respostas dos agricultores: “viabilidade”, “econômico”, “mercado”, “lucratividade”, “demanda”, etc., os quais demonstram que as famílias conhecem algumas técnicas administrativas. No entanto, a forma como os entrevistados empregam os termos não significa, necessariamente, que eles dominem as técnicas administrativas.

Para exemplificar, pode-se afirmar que, quando utilizam a expressão “viabilidade econômica”, não somente não a definem, bem como não explicam como chegaram a um consenso (familiar) de que a produção daquele produto é

economicamente viável para a propriedade; ou mesmo quando falam sobre viabilidade financeira, não empregam nenhuma análise técnico-financeira para chegarem a tal conclusão. Desse modo, o conhecimento empírico prevalece sobre essas questões administrativas e gerenciais e é, também, muito utilizado nas questões relacionadas às técnicas de produção, porém, com menos intensidade. Outro fato relevante a ser considerado nessa análise é que 13% das famílias decidem o que produzir segundo seu consumo próprio, o que pode caracterizar que elas produzem para autoconsumo e posteriormente vendem o excedente.

Quanto à definição das técnicas de produção utilizadas pelas famílias, como o uso de insumos, a aquisição de máquinas, o uso da mão de obra e a forma de plantio, notou-se que as informações oriundas da escola EFA são importantes porque 20 dos 52 produtores entrevistados aplicam as técnicas. Um fato interessante a ser levantado é que os produtores que aplicam as técnicas aprendidas pelos filhos na EFA responderam que decidem a produção em família, ou seja, embora a decisão sobre a produção seja entre os membros da família, o conhecimento empírico do produtor vem dando espaço aos conhecimentos técnicos que seus filhos aprendem na escola, à medida que o diálogo acontece.

O mesmo pode acontecer com as questões relacionadas à gestão, ou seja, se a matriz curricular dos cursos técnicos agrícolas envolvesse uma quantidade maior de disciplinas voltadas à gestão da propriedade rural, provavelmente, as técnicas de gestão poderiam ser mais debatidas em família, os filhos teriam mais conhecimentos sobre os processos e os termos técnicos, o que provavelmente levaria os produtores a adotarem técnicas de gestão em suas propriedades.

O índice de emprego de máquinas agrícolas na produção foi baixo: apenas 6 (seis) produtores utilizam máquinas agrícolas. Isso demonstra a utilização intensiva da mão de obra nessas propriedades. Por outro, pode representar que os agricultores familiares do Vale do Guaporé estão tendo dificuldades de acesso a tecnologias de produção mais modernas, seja por

questões de créditos, que podem estar diretamente relacionadas com a posse da terra, ou por resistência às novas tecnologias.

Com um baixo grau de tecnificação, a existência ou não de mão de obra torna-se um importante fator na determinação da escolha de técnicas de produção, conforme aparece na figura 2. Do total de agricultores entrevistados, 25 decidem técnicas de produção conforme a mão de obra existente e 19 com base no conhecimento empírico. A utilização de máquinas por meio das associações é constante, no entanto, a demora para que o produtor seja atendido dada a baixa disponibilidade de máquinas, o leva também a optar pelo uso de mão de obra.

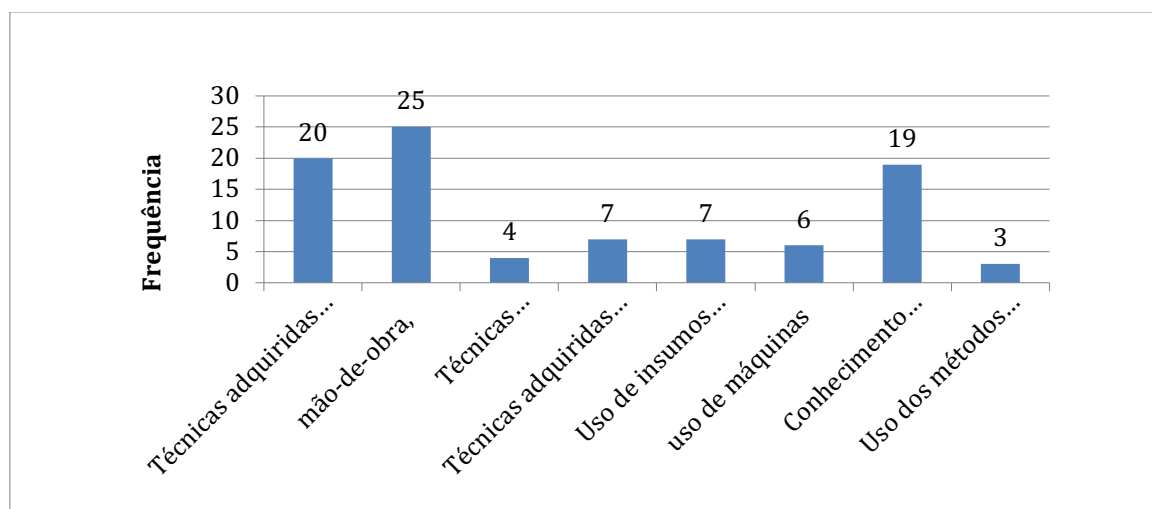


Figura 2 – Como os produtores decidem as técnicas de produção

Fonte: Pesquisa de Campo (2012)

O emprego das técnicas agroecológicas foi indicado por apenas 4 produtores de forma intensiva; os outros produtores aplicam as técnicas agroecológicas ensinadas na EFA de forma isolada, em uma ou outra questão de produção, onde essa prática geralmente esteja relacionada com redução de custos e/ou qualidade de produtos para o próprio consumo. Cabe destacar que a EFA não ensina apenas técnicas agroecológicas. Os produtores que aplicam as técnicas agroecológicas de forma intensiva são produtores que já passaram pelo momento transitório entre a agricultura convencional e a agroecológica, fazendo desse fato uma forma de agregação de valor aos seus produtos.

Na maioria dos casos, a divisão do trabalho para a produção é feita em comum acordo entre os integrantes da família, levando-se em consideração as aptidões pessoais, a idade e as características físicas de cada integrante para determinada tarefa. Na pesquisa, apenas três produtores definiram as tarefas realizadas em suas propriedades sozinhos, sem a participação dos outros integrantes familiares. No entanto, ao relacionar essa questão com a questão 2, sobre como decidem o que produzir, parece claro que a divisão do trabalho é, para o proprietário, uma tarefa, além das outras que exerce, bem como uma forma de manter o controle sobre a produtividade do trabalho na propriedade. A maioria dos entrevistados relataram que, apesar de existir a divisão de tarefas, todos colaboram para ajudar os que estão atrasados, os que se desmotivaram ou os que não cumpriram a tarefa estabelecida.

O uso intensivo da mão de obra é um fato nas propriedades familiares entrevistadas, cuja expectativa é manter os integrantes da família no campo e isso também explica a decisão de técnicas de produção com base na mão de obra disponível. Os maiores obstáculos relatados sobre a manutenção dos jovens referem-se às dificuldades em ter acesso à internet, remuneração digna, vínculos fora do ambiente familiar, que fazem com que os jovens, ao completarem a maioridade, optem por saírem do campo e escolherem, no mercado de trabalho, uma profissão da área urbana.

A contratação extra de mão de obra pelos agricultores entrevistados acontece em 25 das 52 propriedades analisadas, em vários momentos da produção, isto é, na colheita, na época da plantação e na organização da propriedade (capinas, roçadas, construções, reformas de cercas etc.). Não foram constatados motivos significantes para as outras famílias não contratarem mão de obra.

Em 90,4% das propriedades existe o consumo dos alimentos que elas produzem e apenas 9,6% delas não produzem para o consumo. As causas para o não consumo são: área usada apenas para o lazer, área arrendada, produção monocultora, existência de outras fontes de renda maiores na cidade.

Os alimentos consumidos pelos agricultores familiares do Vale do Guaporé e produzidos nas propriedades são: carne vermelha, leite, café,

mandioca, arroz, hortaliças, peixe, frutas e feijão. Os alimentos consumidos diariamente são: carne (22 famílias), leite (20 famílias) e café (10 famílias).

No tocante a compra e autoconsumo, 23,07% dos agricultores responderam que compram 70% dos produtos consumidos em suas casas e 17,31% produzem 50% dos produtos consumidos. Essas duas porcentagens representaram a maior frequência das respostas. É importante salientar que, nessa análise, foi levada em consideração apenas a frequência das respostas “produzidas ou compradas” e não a ocorrência dos termos em conjunto, como, por exemplo, x% comprado e x% produzido.

4.1.3 Os canais de comercialização

No tocante às decisões de comercialização, 28 produtores rurais decidem, em família, de que forma farão a comercialização de seus produtos, não utilizando pesquisas de mercado que relacionem para quem, o que entregarão e a que preço o produto deverá ser vendido, ou qual preço o mercado esteja disposto a pagar. Nesse caso, são 53,84% dos produtores que não utilizam nenhuma técnica administrativa ou pesquisa de mercado para comercializar seus produtos.

Outro fato relevante percebido nas entrevistas é que os agricultores planejam a produção baseados na cadeia produtiva regional, o que os impede de introduzir novos produtos no mercado devido ao risco de não existir canais de distribuição dificultando a comercialização desses produtos. Esse fato restringe a região à especialização em vários produtos para comercialização, conforme mostra a figura 3. Portanto, as características da região e a disposição da cadeia produtiva interferem diretamente sobre as decisões dos produtores e as formas de comercialização. Ademais, notou-se que a grande diversificação da produção existente na região é devida ao autoconsumo e ao escambo entre os produtores rurais familiares e não efetivamente ao mercado.

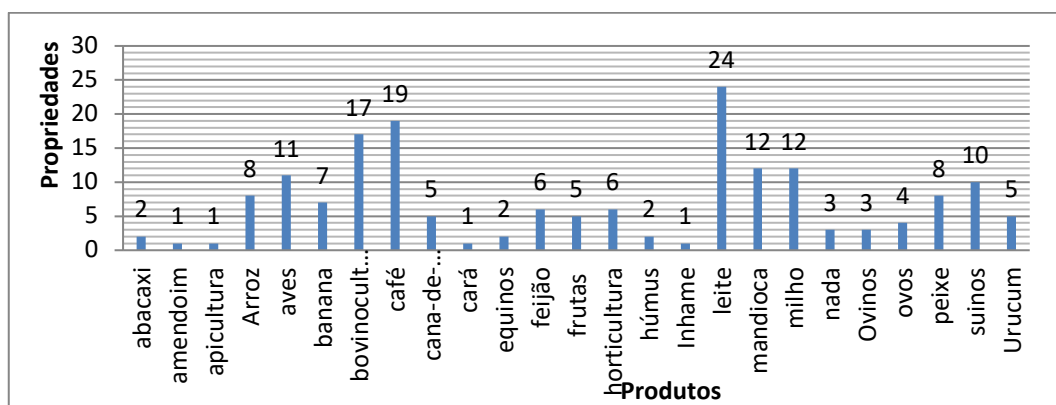


Figura 5 – Distribuição dos produtos da propriedade

Fonte: Pesquisa de Campo (2012)

A figura 5 mostra uma tendência da região em produzir bovinos de corte, leite e café. É possível constatar que 8 famílias das 52 entrevistadas decidem sobre a comercialização, levando em consideração somente a opinião do proprietário. Em quatro propriedades não existe comercialização dos seus produtos, por estarem iniciando os negócios, por produzirem apenas para o consumo, pelo fato da principal fonte de renda vir da venda de sua força de trabalho e, finalmente, pela propriedade estar arrendada para outros produtores. Quatro produtores não responderam essa questão, e, assim, a análise foi realizada por grupo de respostas, não sendo utilizado o cálculo de médias.

Existe uma grande frustração por parte dos agricultores com relação à comercialização de seus produtos, principalmente pela ausência, na percepção dos entrevistados, de políticas públicas voltadas à comercialização da produção agrícola familiar, embora muitos comercializem via Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Foi constatado que 20 famílias utilizam intermediários como canais de comercialização de seus produtos, podendo ser esse intermediário o primeiro dos muitos elos da cadeia que o produto percorrerá até chegar ao consumidor final. É claro que quanto maior for essa corrente, menor será o preço recebido pelo produtor por seu produto (KOTLER, 1998).

Para 10 famílias, a comercialização é feita com os intermediários e com os consumidores finais; 9 famílias vendem seus produtos somente para o

consumidor final; apenas 2 famílias comercializam diretamente para a agroindústria (leite) e 1 família para a cooperativa, o que também pode representar um risco para o produtor ter apenas um comprador para seu produto. Outras 10 famílias conseguem variar seus clientes, estabelecendo uma diversificação de produtos, atendendo os intermediários, as cooperativas e os consumidores finais. Com relação aos canais de distribuição, 13 produtores destacaram que utilizam as cooperativas, as associações e o PAA como canais de distribuição dos seus produtos, embora esse último seja comprador.

A maior dificuldade relatada pelos produtores rurais para comercializarem seus produtos é o preço pago pelos compradores, que, segundo eles, quase sempre está abaixo do valor necessário para cobrir os custos de produção. Parece existir uma necessidade desses produtores diversificarem os canais de comercialização, utilizarem técnicas de produção que diminuam os custos e/ou procurar canais de venda direta aos consumidores. São citados por 15 agricultores problemas com o transporte, os quais relatam que os custos logísticos sempre são pagos por eles e nunca pelos intermediários.

4.1.4 A gestão dos empreendimentos familiares

De acordo com Silva (2002), a administração pode ser entendida como um conjunto de atividades aplicadas com o intuito de se alcançar os objetivos ou as metas propostas pela Organização. Os processos aplicados a esse conjunto de atividades são constituídos por quatro etapas bem conhecidas e já destacadas anteriormente. O planejamento onde se estabelecem os objetivos e a missão da organização, faz-se o levantamento das necessidades dos recursos e pensam-se nas estratégias para que se alcance os objetivos. A organização, que pode ser definida como os processos de produção, de comercialização, designação de tarefas, criação de estrutura organizacional, coordenação de atividades de trabalho, estabelecimento e definição de alocação de recursos.

As demais etapas são a direção e o controle. Na direção, pode-se acompanhar e principalmente rever os processos definidos anteriormente, comparando-os com outros processos de diferentes propriedades, bem como observar o desenvolvimento das atividades rurais. O controle permite ao agricultor medir o desempenho de suas ações por meio de padrões de comparação para tomar medidas necessárias à melhoria do desempenho.

Ao analisar a forma como os agricultores familiares do Vale do Guaporé fazem a gestão de suas propriedades, verificou-se que a maioria dos produtores faz baseados em anotações em cadernos e em papéis, de maneira simples. O planejamento das atividades desenvolvidas na propriedade ocorre com maior frequência quando está atrelado ao projeto desenvolvido na escola EFA pelo jovem estudante. É importante ressaltar que existe algum tipo de controle, seja por meio de anotações, pelo conhecimento empírico (geralmente do proprietário), ou mesmo pela discussão em família.

Questionados quanto às dificuldades encontradas na gestão de seus empreendimentos, os produtores destacaram quatro fatores principais. O primeiro fator diz respeito ao acesso à tecnologia. Dos 52 agricultores entrevistados, 11 agricultores relataram que as tecnologias poderiam ser utilizadas pelos seus filhos a fim de auxiliarem no arquivamento e facilitarem a visão do empreendimento pelo produtor para a tomada de decisões. O segundo fator é o auxílio profissional: 9 dos 52 agricultores consideraram relevante a existência de uma assessoria para a manutenção da gestão de seus empreendimentos. Para eles, a prática de gestão da propriedade é uma atividade que demanda tempo e quase sempre, os agricultores sentem-se desanimados quanto ao controle e às anotações de suas atividades.

O terceiro fator são os recursos financeiros. Dos 52, 6 agricultores destacaram como empecilho para manterem a gestão de suas propriedades o acesso aos recursos financeiros, ou seja, a falta de recursos traz dificuldades à gestão de suas propriedades. E, por fim, a comunicação entre os integrantes familiares é vista como empecilhos por 5 agricultores que evidenciaram a dificuldade em encontrar um caminho que seja do interesse de todos os membros da família.

Todos esses fatores, com exceção da comunicação, são fatores exógenos, isto é, estão localizados fora da propriedade. Em nenhum momento, os agricultores citaram que têm dificuldades com relação à organização da produção ou mesmo na divisão das tarefas, fatores endógenos à propriedade. Tal fato não se comprova quando analisamos a primeira pergunta do questionário sobre gestão: “Como ocorre a gestão de sua propriedade?”. Segundo os agricultores em geral, a gestão ocorre em família, o que indica uma comunicação assertiva entre os integrantes familiares para decidirem sobre a gestão da propriedade. Na realidade, fica evidente na análise dos resultados que a dificuldade ocorre em todos os pilares da administração (planejar, organizar, controlar e dirigir), aplicados dentro da propriedade por falta de recursos externos como tecnologias, assessorias e financiamentos.

Quanto ao planejamento dos gastos na produção, observa-se que cada família tem seus métodos particulares e definem seu controle conforme seus costumes. O controle é feito por 39 famílias via anotações de receitas e despesas, planilha e orçamentos, que servem de parâmetros de comparação com as atividades desenvolvidas na safra passada. Esse tipo de controle pode representar um erro, desde que não leve em consideração taxas de juros equivalentes, inflação e outros parâmetros para a correção dos dados no período utilizado. Os agricultores também utilizam esses dados para controle do fluxo de caixa. As demais famílias entrevistadas, 3 não responderam a pergunta, 9 famílias não souberam responder e 1 afirmou não usar forma nenhuma de registro financeiro.

É importante ressaltar que a administração financeira pode ser executada em todos os tipos de organizações e é entendida como a arte e a ciência de administrar recursos financeiros para maximizar a riqueza dessas organizações, tendo como principais funções o planejamento, o controle, o orçamento, a análise de fluxo de caixa, a análise de investimentos, os financiamentos, o gerenciamento de risco, as operações bancárias e a administração de ativos e passivos (LEMES JÚNIOR; RIGO; CHEROBIM, 2005).

Sobre o planejamento da produção, 21 famílias não responderam como planejam; 15 famílias não fazem o planejamento da produção e geralmente repetem as ações da safra anterior; apenas 1 família faz o planejamento e destaca que o proprietário é quem planeja a produção, dividindo-a em cinco etapas, descritas a seguir:

- 1) Antes do preparo do solo: compreende as etapas de escolher fornecedores, a mão de obra utilizada, a escolha dos prestadores de serviços de máquinas (quando necessário) e os levantamentos dos custos da produção.
- 2) Preparo do solo: nesta etapa, aplica-se as técnicas de preparo do solo para colheita por meio do uso de maquinários específicos, quando necessário e mão de obra.
- 3) Plantação: geralmente é feita sem máquinas, apenas com o auxílio de ferramentas manuais e o uso da mão de obra é intenso.
- 4) Manutenção da lavoura: nesta fase, acontece a análise diária do desempenho das plantas, da incidência de pragas, da necessidade nutricional das plantas, da necessidade do uso de defensivos químicos ou não. Geralmente o proprietário utiliza consultoria técnica agrônômica somente quando ocorrem problemas com a lavoura que ele não conhece, caso contrário, chega-se até a última fase, que é a colheita, sem nenhuma assistência.
- 5) Colheita: nesta fase, o uso de mão de obra é novamente intenso e os cuidados com o armazenamento e transporte são fundamentais para garantir a qualidade dos produtos e a garantia da comercialização.

É importante salientar que o planejamento dessa família, em particular, divide-se em dois grupos principais, que são: as técnicas voltadas aos cuidados com a lavoura, subdivida em cinco etapas, conforme descrito anteriormente; e as administrativas, que contemplam as negociações e a definição dos processos (produtivos e administrativos) que serão utilizados.

Como foi possível observar, 2 famílias planejam a produção conforme suas necessidades, o que pode indicar que o planejamento está ligado ao

autoconsumo, visando à subsistência e não ao lucro; 4 famílias planejam a produção conforme o ciclo produtivo da lavoura; 5 famílias planejam a produção de acordo com a demanda, o mercado ou o preço. Como o mercado de alimentos tem uma variação de preços muito grande e conseqüentemente de demanda, esses agricultores correm o risco de não atingirem seus objetivos com maior frequência. Os próprios agricultores destacaram esse aspecto, ressaltando que a persistência em determinada cultura geralmente torna o empreendimento mais rentável no longo prazo, principalmente quando se tratam de culturas permanentes; 3 famílias responderam que planejam a produção, mas não especificaram como fazem o planejamento e em que se baseiam para este; 1 família respondeu que faz o planejamento por planilhas, utilizando-as como banco de dados e com isso, melhorando os processos e as análises a cada ano.

Quando indagados sobre como determinam a plantação e a manutenção da lavoura, notou-se que os processos indicados são peculiares de cada família e os termos mais frequentes foram: técnicas agrícolas (13 vezes), técnicas utilizadas na EFA (6 vezes), conhecimentos empíricos (6 vezes), técnicas (9 vezes).

Constatou-se que 67,30% das famílias utilizam o cálculo das receitas e despesas como informação gerencial; 26,92% não utilizam esses cálculos; e 5,78% não responderam. Em 80,7% (42 famílias) das famílias entrevistadas, os filhos participam do processo gestão da propriedade; 13,4 % (7 famílias) relataram que os filhos não participam do processo de gestão; 3,84% (2 famílias) responderam que, em alguns momentos, os filhos participam da gestão, e 2,06% (1 família) respondeu que os filhos não participam da gestão. Com relação à remuneração dos integrantes da família, a divisão apresenta-se da seguinte forma: 32,69% (17 famílias) das famílias entrevistadas retiram alguma espécie de remuneração; 59,61% (31 famílias) não retiram nenhuma espécie de remuneração; 5,76% (3 famílias) não responderam; e 1,92% (1 família) retira algum tipo de remuneração.

Em geral, todos os produtores têm uma visão otimista a curto, médio e longo prazos, alinhando suas expectativas às atividades rurais que

desenvolvem ou implantarão. Mesmo com todas as dificuldades relatadas os agricultores têm perspectivas de ampliarem seus negócios, seja na implantação de outros empreendimentos ou na ampliação dos já existentes, com a compra de máquinas e tecnologias de produção. Essa persistência foi relatada por 86% (quarenta e cinco famílias) dos produtores, que aliam a ampliação de seus negócios à possibilidade de manterem seus filhos na propriedade. No entanto, não incluem em suas análises os fatores endógenos às suas propriedades, como a construção de planos de negócios, a implantação de novos métodos administrativos ou a adaptação e adequação dos métodos já utilizados.

4.1.5 Acesso ao crédito rural

A produção agrícola enfrenta vários riscos desde a plantação até a comercialização dos produtos e, para minimizar os efeitos desses riscos, existem políticas específicas com o intuito de estimular os produtores, é o caso da política de crédito rural. De acordo com BACHA (2012), em 1965 foi criado o sistema de crédito rural, pelo Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), através da lei 4.829⁴, antes a essa data, o crédito rural era feito pelo Banco do Brasil através da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, no entanto, a partir da segunda metade da década de 1960 é que houve um crescimento no volume de créditos rurais.

Com relação ao acesso a créditos rurais, a pesquisa apresentou os seguintes resultados: dezoito produtores acessaram algum tipo de crédito,

⁴ Artigos 1º, 2º, 3º e 4º da Lei 4.829.

Art. 1º O crédito rural, sistematizado nos termos desta Lei, será distribuído e aplicado de acordo com a política de desenvolvimento da produção rural do País e tendo em vista o bem-estar do povo.

Art. 2º Considera-se crédito rural o suprimento de recursos financeiros por entidades públicas e estabelecimentos de crédito particulares a produtores rurais ou a suas cooperativas para aplicação exclusiva em atividades que se enquadrem nos objetivos indicados na legislação em vigor.

Art. 3º São objetivos específicos do crédito rural:

I - estimular o incremento ordenado dos investimentos rurais, inclusive para armazenamento beneficiamento e industrialização dos produtos agropecuários, quando efetuado por cooperativas ou pelo produtor na sua propriedade rural;

II - favorecer o custeio oportuno e adequado da produção e a comercialização de produtos agropecuários;

III - possibilitar o fortalecimento econômico dos produtores rurais, notadamente pequenos e médios;

IV - incentivar a introdução de métodos racionais de produção, visando ao aumento da produtividade e à melhoria do padrão de vida das populações rurais, e à adequada defesa do solo; (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4829.htm)

desses dezenove, dezesseis produtores acessaram o PRONAF⁵ em alguma de suas linhas de créditos disponíveis. Trinta e quatro produtores não acessaram nenhum tipo de crédito, desses trinta e quatro, vinte e oito não responderam o motivo por não terem acessado algum tipo de crédito, quatro alegaram falta de informações sobre os créditos disponíveis e duas respostas foram desconsideradas por não apresentarem clareza.

A média dos valores tomados como empréstimos pelos produtores rurais é de R\$ 33.800,00 (trinta e três mil e oitocentos reais) e os valores solicitados por produtor variam de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 95.000,00 (noventa e cinco mil reais). Nesse contexto, trinta produtores não responderam qual valor tomado como empréstimo.

BACHA (2012) descreve que basicamente existem três tipos de crédito rural que podem ser: Crédito de Custeio- destina-se a cobrir despesas normais dos ciclos produtivos (capital de giro para as atividades agrícolas); Crédito de investimento – usadas na aplicação em bens ou serviços cujo desfrute se estende por vários períodos de produção (construção de instalações e compra de equipamentos); Crédito de comercialização - destina-se a cobrir despesas próprias da fase posterior à colheita ou a converter em espécie os títulos oriundos de sua venda.

Nota-se na análise dos questionários e nas entrevistas com os produtores rurais que a finalidade do crédito não é diversificada, tendo como destaque a construção e melhorias em galpões, cercas, aquisição de equipamentos para um novo empreendimento como: despoldadores de frutas, aquisição de matrizes leiteiras ou de engorda e também a compra de máquinas para melhorar a produção já existente.

Esses créditos podem ser caracterizados como créditos de investimento, o que demonstra que as propriedades agrícolas da região estão investindo. Segundo MARION (2009), o retorno desses investimentos agrícolas

⁵ O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) destina-se ao apoio financeiro das atividades agropecuárias e não agropecuárias exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor rural e de sua família. Entende-se por atividades não agropecuárias os serviços relacionados com turismo rural, produção artesanal, agronegócio familiar e outras prestações de serviços no meio rural, que sejam compatíveis com a natureza da exploração rural e com o melhor emprego da mão de obra familiar. (http://www.bcb.gov.br/pre/bc_atende/port/PRONAF.asp#1)

geralmente são de longo prazo, o que pode ser explicado pelo fato do ciclo produtivo da agropecuária geralmente ser maior que um ano contábil e o retorno desse investimento geralmente exige mais de um ciclo produtivo para ser saldado.

Dos dezesseis produtores que acessaram o crédito Pronaf, nenhum terminou o pagamento, o que dificulta ou impossibilita em alguns casos, o acesso a novos financiamentos. Por outro lado, esse fato pode indicar que o acesso a esse tipo de crédito pelos produtores é recente isso pode ser explicada através da questão “Por qual motivo não acessou crédito nos últimos cinco anos?”, cuja maioria das respostas estão indicando a falta de conhecimento sobre o crédito e a ilegalidade das terras. Essa questão ajuda a entender também o motivo pelo qual trinta e quatro produtores não acessaram a nenhum tipo de crédito.

A decisão da retirada do financiamento foi descrita pelos proprietários da seguinte maneira: Uma família decidiu em conjunto sobre a retirada do financiamento, duas famílias pegaram o que estava disponível no banco por decisão do proprietário e treze famílias tomaram o empréstimo somente pela decisão do proprietário, o que demonstra a centralização do poder no chefe da família para assuntos dessa natureza.

4.1.6 Uso de insumos químicos

Sobre os insumos químicos, houve uma grande resistência e desconfiança por parte dos agricultores, para responderem as questões, no entanto, aos poucos foram adquirindo confiança e relataram algumas experiências que são importantes para as análises desses dados. Trinta e um produtores utilizam insumos químicos em sua propriedade e relatam que os motivos para se utilizar tais insumos são inúmeros como: resposta rápida da planta, controle eficiente de “pragas”, “qualidade visual do produto” e maior produção por hectare. Nesse contexto existem paradigmas que necessitam ser quebrados, é o caso da produção por hectare, que já é sabido que a produção agroecológica alcança índices iguais aos da produção convencional. Como

este trabalho trata de gestão, aqui é tratada apenas a questão do aspecto visual como qualidade, citada pelos agricultores. Borrás e Toledo (2006) definem esse aspecto visual como a qualidade percebida pelo cliente e diz respeito a itens prontamente verificáveis que podem ser, por exemplo, o tamanho e a cor do produto que o cliente percebe na hora da compra.

Segundo os agricultores entrevistados, dificilmente um produto que apresente características menos atraentes como tamanho, manchas, não uniformidade, etc., mesmo que em seu cultivo, estejam livres de produtos químicos, ganham o gosto do consumidor.

Essa característica de estar livre de produtos químicos, conforme Borrás e Toledo (2006), é uma característica intrínseca do produto e, dificilmente é notada pelo comprador, porém, garantem alguns requisitos para a qualidade e a segurança do alimento como: o valor nutricional, a ausência de produtos danosos a saúde humana, o processo produtivo estar em harmonia com a natureza, etc.

Quatro produtores responderam que já utilizaram insumos químicos, mas atualmente trabalham com práticas agroecológicas e fazem desse fato, um aspecto de inovação de suas propriedades. Segundo Bautzer (2009, p. 3),

(...) “a organização necessita gerenciar e experienciar o processo de mudança de forma sustentável, por ser uma entidade viva. A inovação quando atende a esse requisito, mantém os níveis de aprimoramento dos produtos e serviços, proporcionando aos clientes existentes melhorias nos atributos por eles valorizados”.

Segundo esses produtores pesquisados, o esclarecimento sobre as qualidades intrínsecas do produto, para o consumidor é o diferencial para conseguirem comercializar seus produtos, porém, confessam que os consumidores de seus produtos (clientes) são diferenciados e apresentam maior renda, moram geralmente em cidades maiores e compram constantemente do mesmo produtor, por já ter estabelecido uma relação de confiança e conhecerem a produção. Desses, 2 produtores responderam que já utilizaram insumos químicos e atualmente produzem sem o auxílio deles por questões ideológicas sobre ecologia e alimentares.

Sete responderam que não usam insumos químicos. Seis relataram que já fizeram uso de insumos químicos, mas atualmente não utilizam, no entanto, não relataram o motivo de não mais usarem. Dois produtores não responderam. Três produtores relataram que adquirem os insumos financiados na própria loja, 45 adquirem através de recursos próprios e quatro não responderam.

Quanto à orientação, 19 produtores utilizam sob orientação agrônômica ou veterinária, 7 produtores utilizam esses insumos sem a orientação do agrônomo ou veterinário, 1 produtor respondeu que utiliza sobre orientação uma vez e após aprender como se usa e aplica o produto não mais solicita a consulta agrônômica ou veterinária e 24 produtores não responderam.

Quando indagados se usam venenos em sua propriedade 25 produtores responderam que sim, 26 responderam que não e 1 não respondeu. Entre os venenos mais utilizados estão inseticidas, raticidas, formicidas, e herbicidas. Uma questão relevante a ser considerada é que nas respostas dos produtores, produtos como fungicidas não são considerados como venenos, somente como insumos químicos (assim como os fungicidas deve haver vários outros na mesma situação).

É importante ressaltar que 26 que responderam que não utilizam venenos produzem em grande parte para subsistência e vendem somente o excedente, estão filiados a organizações como sindicatos e associações para tratarem de questões particulares como aposentadoria, serviços e legalização de terras.

4.2 GESTÃO DOS EMPREENDIMENTOS RURAIS NA VISÃO DOS ESTUDANTES (FILHOS) DA EFA VALE DO GUAPORÉ

4.2.1 Visão sobre gestão rural

Como já destacado, foram pesquisados 52 alunos da escola EFA- Vale do Guaporé. A visão desses alunos sobre a administração está formada. Temas como economia solidária e sustentabilidade, por exemplo, não são relacionadas por eles na administração, no entanto, termos como

planejamento, empreendedorismo, custos, etc., são facilmente assimilados por eles com a administração.

Cabe colocar que o início das escolas de administração do Brasil foi fortemente influenciadas pelo modelo norte Americano de formação nessa área. Segundo Nogueira (2013), o primeiro currículo especializado em administração pública surgiu em 1952, no estado do Rio de Janeiro com a Fundação Getulio Vargas, posteriormente em 1954 a mesma fundação, no estado de São Paulo, apresenta o curso de administração de empresas. Os cursos de administração da Fundação Getulio Vargas tinham acordo com a USAID (Desenvolvimento Internacional do Governo dos Estados Unidos) e com a Universidade Estadual de Michigan.

Conforme Kassai (2002, p. 6), “para perpetuar-se, além de cumprir sua missão e buscar o lucro, ou atender a seus objetivos econômicos, a empresa precisa responder aos anseios do ambiente no qual está inserida, ou aos objetivos sociais”. Dessa forma, seria coerente inserir no contexto administrativo as questões ambientais, sociais e econômicas que envolvem os agricultores familiares, mesmo porque, a inserção dessas questões proporcionaria uma visão sistêmica e uma interdisciplinaridade fazendo que esses alunos futuramente administrassem com mais facilidade suas propriedades.

4.2.2 Gestão rural e o desenvolvimento da propriedade segundo os estudantes

Com relação à questão I- “o que aprendeu sobre administração rural que considera muito importante para o desenvolvimento da propriedade de sua família, na maioria das respostas tem-se que, a partir do momento em que o jovem entra em contato com algumas teorias administrativas, inicia-se na propriedade rural familiar, um processo de planejamento. Esse planejamento, que várias vezes é citado pelos alunos, são comumente confundidos com alguma forma de controle, como, por exemplo, coleta de dados de débito e crédito, receitas e despesas. Contudo, os dados são à base do planejamento,

no entanto, por si só a coleta e a própria tabulação de dados não pode ser confundida com planejamento.

Segundo o dicionário Michaelis (2013), “planejamento é o ato de projetar um trabalho, serviço ou mais complexo empreendimento. Determinação dos objetivos ou metas de um empreendimento, como também da coordenação de meios e recursos para atingi-los”. Sendo assim, a coleta e a análise de dados servem como referências para o planejamento. Porém, de acordo com as respostas dos alunos as formas de planejamento conhecidas por eles, a partir de seus estudos na EFA, nem sempre são utilizadas na prática. Vale ressaltar que as formas de planejamentos citadas como mais importantes são planejamento sobre novos empreendimentos, planejamento da produção, planejamento orçamentário.

O planejamento sobre novos empreendimentos na propriedade familiar está diretamente ligado ao filho do produtor rural e sua passagem pela Escola da Família Agrícola. Uma das atividades mais importantes, destacada pelos alunos é a possibilidade de aprenderem como planejar um novo negócio dentro de suas propriedades, o que se torna possível pelo fato de existir na matriz curricular do curso, um projeto cujo nome é Projeto Profissional do Jovem (PPJ) cuja finalidade é iniciar um empreendimento na propriedade. Nesse sentido o PPJ serve como um plano de negócios e é uma forma de instigar no aluno o empreendedorismo. Em um contexto pedagógico, o PPJ dá a ideia ao aluno de "aprender fazendo", valorizando o meio social e a realidade desse aluno.

No tocante ao planejamento da produção, existem vários fatores que impactam a produção da família agrícola, como exemplo, a escassez de máquinas e equipamentos destacada pelos produtores. Essa escassez faz com que o trabalho seja em sua grande parte executado de forma braçal, por todos os integrantes da família. O trabalho braçal na propriedade rural, além de ser menos eficiente, segundo os jovens, é um gargalo na produção, no sentido do tempo gasto para execução de uma determinada tarefa. Sendo assim, a observação dos métodos de produção, a fim de implantarem novas ferramentas de produção que sejam adequadas à realidade da família é uma

prática constante por parte dos integrantes familiares. Tal observação tem o intuito de trazer facilidades com relação ao trabalho braçal além de aumentar a eficiência das tarefas e desenvolverem novas formas e técnicas de produção.

É interessante ressaltar, que nessa etapa de planejamento de produção, os jovens começam a despertar uma forma de planejamento estratégico. Um exemplo disso é o uso de técnicas produtivas agroecológicas, servindo como diferencial competitivo das propriedades, embora o número seja ainda pequeno.

A função principal da forma de planejamento orçamentário destacada pelos jovens é prever todos os custos de produção, para não serem surpreendidos com o preço do produto menor que os custos de produção. A questão do preço dos produtos produzidos pelos agricultores familiares é bem compreendida pelos seus filhos, pois sabem que de acordo com o sistema de mercado em que atuam, não conseguem definir os preços finais de seus produtos. O planejamento de todos os gastos para a próxima safra é uma forma de não serem surpreendidos por um custo acima do preço mínimo esperado para seu produto. Nesse planejamento existem vários gastos que poderão ser sacrificados pelos produtores caso haja algum imprevisto e o preço do produto diminua. O salário dos integrantes familiares e o investimento em tecnologias são exemplos de corte de gastos quando o produtor não alcança o preço esperado pelo produto e conseqüentemente diminui seu lucro.

Outros fatores foram destacados como aprendizados administrativos importantes para que a família se mantenha na propriedade, entre eles, estão o trabalho em conjunto como forma de diminuir custos de produção (associações); a importância dos relacionamentos entre os produtores, intermediários, agroindústrias, clientes finais, com o intuito de que esses produtores adquiram informações sobre preço, mercado, consumidor, produtos, etc.; a importância da comunicação e do diálogo familiar na tomada de decisões; observar os métodos de produção e descrevê-los, com o intuito de melhorá-los e agilizá-los buscando novas formas de desenvolvê-los. Nessa primeira questão 4 alunos não deram suas respostas.

4.2.3 Aplicação pelos estudantes/filhos dos métodos de gestão aprendidos na EFA.

Sobre a facilidade de aplicar os métodos administrativos apreendidos na EFA nas propriedades familiares, 39 alunos responderam que aplicam com facilidade e julgam que a utilização desses métodos de gestão aplicados na propriedade dá segurança à família, no sentido de preverem como as contas de débito e crédito irão fechar no fim da safra. É importante salientar, que os alunos ao responderem a questão não demonstraram outras preocupações além das contas, como por exemplo, a comercialização. Quando indagados nas entrevistas focalizadas sobre o porquê de não pensarem além das contas, as justificativas dos alunos é que a “economia”, no sentido de diminuir gastos e cortar investimentos é uma das poucas formas de controle real sobre a gestão de suas propriedades. Essa “economia”, geralmente sacrifica as contas da família, restringindo algumas despesas familiares conforme descrito na questão anterior.

Nessa questão 5 alunos não responderam e 8 não conseguem aplicar com facilidade os métodos de gestão que aprendem na EFA pelos seguintes fatos: a administração da propriedade é feita somente pelo pai, por falta de confiança dos pais, por considerarem que faltam ferramentas que facilitem a aplicação da administração na propriedade, por não se considerarem preparados para administrar a propriedade, por não ser dono da propriedade que mora.

4.2.4 Aplicação de estratégia de negócio na propriedade

Na questão sobre aplicação de algum plano ou estratégia de negócio aprendida no curso na propriedade da família, 32 alunos relataram que já aplicaram algum plano ou estratégia de negócio, mesmo que essa implantação não fosse permanente. No relato dos alunos, implantar planos utilizando métodos arcaicos como anotações em papel, se torna um transtorno, pelo fato, de que em cada fase do processo de planejamento toda informação deve ser

realimentada o que promove retrabalho e morosidade no processo de implantação do plano ou estratégia. As formas de planos e estratégias mais citadas foram o planejamento dos custos de produção de cada atividade, início de um novo empreendimento na propriedade, intermediação da comunicação nas decisões a serem todas, planejamento sobre produção e métodos produtivos, pesquisa de mercado, análises de investimentos de novos produtos, planejamento para valorização dos produtos e projeto profissional do jovem (trabalho da EFA)

O Planejamento dos custos de produção de cada atividade é uma análise estratégica do planejamento orçamentário descrito anteriormente. Nessa análise das informações, os jovens observam qual atividade utiliza mais recursos financeiros e mão de obra e fazem uma comparação entre os custos e os resultados dado por aquele produto. A estratégia nesse caso fica por conta da escolha do produto a ser produzido baseado na comparação.

O desenvolvimento de uma nova atividade na propriedade é uma prática empreendedora incentivada pela EFA e serve como um plano de negócio para que a família não inicie novos empreendimentos sem planejamento e análise da viabilidade do projeto.

As intermediações da comunicação nas decisões a serem tomadas são reuniões familiares com intuito de falarem sobre o andamento dos negócios. Nessas reuniões discute-se sobre os processos produtivos, investimentos, financiamentos, etc. É interessante ressaltar que raramente, apesar dos esforços, se separa os assuntos familiares dos assuntos gerenciais da propriedade, por isso, o chefe de família faz a intermediação desse debate com o intuito de direcionar os assuntos pertinentes a administração da propriedade. Essa estratégia serve também para que as decisões sejam tomadas consensualmente por todos os integrantes familiares, não havendo um só responsável pelo erro ou acerto da decisão.

O planejamento sobre produção e métodos produtivos é uma espécie de análise dos processos produtivos com o intuito de viabilizar e encontrar novas formas de produção, dentro da realidade familiar, com mais eficiência. O exemplo desse planejamento citado pelos alunos foi o consórcio de atividades

produtivas, entre bovinos e pomares, onde o bovino serve como ferramenta para diminuir outras espécies vegetais indesejadas, eliminando assim a mão de obra e até o uso de máquinas para deixar os pomares livres de algumas espécies invasoras.

As pesquisas de mercado englobam preços de produtos, produtos emergentes, agroindústrias que estão chegando à região e oferecem ao produtor alguma garantia de compra de determinado produto. É uma pesquisa simples, que geralmente acontece informalmente e nem sempre os agricultores tem interesse em fazer dessas pesquisa um banco de dados para o planejamento, no entanto, é considerada pelos alunos como sendo uma forma de gestão e de estratégia.

Nas análises de investimentos em novos produtos os alunos levam em consideração para iniciar um novo empreendimento a capacidade de mão de obra e tecnológica, as características da região e da propriedade e principalmente as garantias de retorno e o tempo de retorno dessa atividade em questão.

No planejamento para valorização dos produtos, o foco principal é analisar formas ou empreendimentos que agreguem valor ao produto. Um exemplo disso, é a produção agroecológica que define uma característica ao produto e ao método de produção agregando valor a ele. Outra forma de agregar valor aos produtos é a integração entre o produtor rural e o varejista, no entanto é uma pratica usual somente para alguns produtos como hortaliças, frutas nativas e algumas frutas exóticas.

No projeto profissional do Jovem (trabalho exigido pela escola que pode ou não ser aplicado na propriedade) os jovens indicam que geralmente constroem o projeto pensando em alguma atividade que realmente será implantada na propriedade e usam para isso as técnicas do plano de negócio ensinadas na EFA- Vale.

Ainda sobre a questão III em um universo de 52 alunos, 13 não aplicaram nenhum plano ou estratégia de negócios apresentada pela Escola das Famílias Agrícolas e 7 não responderam a questão. Sobre os planos e estratégias citadas pelos alunos nas entrevistas focalizadas, vale ressaltar que

esses planos e estratégias fazem parte da forma como os alunos estão compreendendo a administração em seu cotidiano e não necessariamente são condizentes com o que prega a ciência administração.

4.2.5 Uso de métodos de gestão diferentes dos usados pelos pais

De acordo com a pergunta IV, ou seja, se a propriedade fosse deles, usariam algum método de gestão diferente da usada na propriedade familiar, 28 alunos responderam no questionário que utilizariam algum método diferente. As observações feitas pelos alunos são no sentido de controle das informações como fonte de dados para administração, investimentos em novas técnicas de produção, diversificação e ampliação da produção. Sete alunos não responderam a questão e 17 disseram que não usariam métodos de gestão diferentes dos já utilizados na propriedade familiar. Esses alunos responderam que melhorariam os métodos utilizados, obtendo mais controle sobre eles, como por exemplo, a implantação da tecnologia de informação como fonte de controle de dados, no entanto, os métodos seriam os mesmos.

Questionados se considera a gestão da propriedade exercida pelo seu pai aberta ou fechada para novidades e técnicas administrativas, 8 alunos consideram a gestão exercida pelos pais fechada, 37 alunos consideram a gestão exercida pelos pais na propriedade aberta para novidades e técnicas produtivas, 6 alunos não responderam e 1 aluno relata que essa gestão hora é aberta quando se trata de assuntos sobre novidades e técnicas produtivas e fechada quanto se trata de técnicas administrativas como controles financeiros e de insumos.

Foi solicitado que assinalasse a alternativa que correspondesse ao setor da propriedade familiar onde acredita que haja mais falhas na gestão. Os resultados foram 2 para produção, 3 para comercialização, 12 para finanças, 3 para compras, 13 para planejamento e 17 para outros. De acordo com as respostas dos alunos os setores das propriedades onde existem mais falhas são os de planejamento e o de finanças. Dezesete alunos relatam que a propriedade é falha em outros setores conforme descrito a seguir:

- Não possui filhos em idade de trabalhar: questão relacionada com a carência de mão de obra;
 - A falta de escolaridade é um fator que compromete a gestão da propriedade;
 - Planejamento da comercialização: resposta relacionada com a necessidade do produtor em se inserir em diversos canais de comercialização, descobrir novos compradores e estreitar novos laços de negócio;
 - A existência de vários setores com falhas na gestão: resposta relacionada com a igualdade de deficiência na gestão entre setores.
- Ainda sobre essa questão, 2 jovens não a responderam.

5 CONCLUSÕES

Cada estabelecimento agrícola do Vale do Guaporé define sua vocação e estratégia de produção e gestão em função dos objetivos do núcleo familiar, da tecnologia disponível, das condições culturais de cada família e das condições dos recursos financeiros próprios ou financiados. Nesse contexto, a terra é o espaço de morada, lugar de trabalho, é geradora de renda e de alimentação. A aplicação de técnicas de gestão, claro, não pode ser encarada de maneira mecânica visando a eficiência e a eficácia, mas pode exercer um importante papel para criar condições para manter a reprodução desses agricultor e suas famílias e criar condições para que estes decidam o que produzir, quais são as melhores formas de comercializar e onde comercializar. Além disso, podem ser fatores geradores para manter esses jovens nas propriedades. A ideia é que, a partir da visão sistêmica, eles, os produtores rurais e seus filhos tenham escolhas.

Verificou-se a influência do relacionamento dos integrantes familiares nos processos produtivos e administrativos da propriedade. Por estarem intimamente ligados com a propriedade, os integrantes familiares dificilmente separam os objetivos pessoais e familiares dos objetivos empresariais. Embora a decisão sobre a produção seja entre os membros da família, o conhecimento

empírico do produtor vem dando espaço aos conhecimentos técnicos que os filhos aprendem na EFA à medida que o diálogo acontece.

Dentre desse contexto, a Escola Famílias Agrícolas do Vale do Guaporé parece cumprir um importante papel na formação do jovem agricultor familiar, despertando nele essa visão sistêmica necessária a atividade agrícola e a relevância da aplicação de ferramentas de gestão em seus empreendimentos. Esse impacto pode ser ainda maior se mais disciplinas de Gestão forem implantadas.

6 REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ALENCAR, E.; GOMES, M. A. O. **Metodologia de pesquisa social e diagnóstico participativo**. Lavras, MG: UFLA/FAEPE, 1998.
- AZEVEDO, A. J. A formação de técnicos agropecuários em alternância no Estado de São Paulo: uma proposta educacional inovadora. 1998. 185 p. Tese (Doutorado). Universidade Estadual Paulista, Marília, 1999.
- BACHA, C. J. C. **Economia e Política Pública no Brasil**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- BARNEY, J. B; HESTERLY, W. S. **Administração estratégica e vantagem competitiva**. São Paulo: Prentice Hall, 2008.
- BATALHA, M. O (coord). **Gestão Agroindustrial**. GEPAL. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- BAUTZER. **Inovação: repensando as organizações**. 2013.
- BOF, A. M (org). SAMPAIO, C. E. M *et al.* **A Educação no Brasil Rural**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006, 236 p.
- BORRAS, M. A. A.; TOLEDO, J. C. de. Qualidade dos produtos agroalimentares: a importância a gestão da qualidade do agronegócio, cap

189-218 in QUEIROZ, T. R.; ZUIN, L. F. (org). **Agronegócio: gestão e inovação**. São Paulo: Saraiva, 2006.

BORTOLINI, G. **Gestão da pequena unidade familiar produtora de leite: uma análise do modelo de gestão através da compreensão da unidade de produção**. São Leopoldo, RS: Universidade do Vale dos Sinos, 2010. (Trabalho de Conclusão de Curso/Especialização em Gestão do Agronegócio).

BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Relatório. RMAIC. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1918.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.**

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm. Acesso em: 10 dez. 2011.

CARVALHO, H. M. *Comunidade de resistência e superação*. Curitiba, Gráfica e Editora Peres Ltda., 2002. 48p.

CELLA, D. **Caracterização dos fatores relacionados ao sucesso de um empreendimento rural**. Dissertação. Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo. Mestrado em Ciências Econômicas. Área de concentração: Economia Aplicada. Piracicaba, Estado de São Paulo, fevereiro 2002.

CHIAVENATO, I. **Comportamento Organizacional: a dinâmica do sucesso das organizações**. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração: Teoria, Processo e Prática**. 3ª Ed. São Paulo: Makron Books, 2000.

CHRISTOFFOLI, P. I. **Eficiência Econômica e Gestão Democrática nas cooperativas de produção coletiva do MST**. Monografia. Especialização Superior em Cooperativismo – CESCOOP. Centro de Documentação e Pesquisa – CEDOPE. Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos. São Leopoldo, 1998.

COASE, R. h. The Nature of the Firm. **Economic**. Vol 4, p. 386-405, 1937.

COY, Martin. **Desenvolvimento regional na periferia amazônica: organização do espaço, conflitos de interesses e programas de planejamento dentro de uma região de “fronteira”–o caso de Rondônia**. Fronteiras/Aubertin, C.(org.). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1988.

DECOM. Departamento de Comunicação Social. Governo de Rondônia.

Disponível em

<http://www.decom.ro.gov.br/noticias.asp?id=7435&tipo=Ultimas%20Noticias>.

Acesso em 10 maio 2013.

DRUCKER, P. F, 1909. **Fator humano e desempenho**: o melhor de Peter F. Drucker sobre Administração. SP: Pioneira Thomson Learning, 2002.

FERNANDES, T. **Reflexão sobre a questão fundiária no Estado de Rondônia**. Disponível em: <<http://www.rondoniagora.com/noticias/reflexao-sobre-a-questao-fundiaria-no-estado-de-rondonia---por-tadeu-fernandes.htm>>. Acesso em 20 out. 2012.

GRAZIANO DA SILVA, J. G. Quem precisa de uma estratégia de desenvolvimento? In: SILVA, J. G.; MARC J.; BIANCHINI. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário/Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável/Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2001. p. 5-52.

GRAZIANO DA SILVA et al. Tecnologia e campesinato: o caso brasileiro. **Revista de Economia Política**, SP, v. 3, n. 4, out/dez 1983.

HOPPE, H. H. Uma teoria sobre o socialismo e o capitalismo. SP: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006 – agricultura familiar, primeiros resultados**. Rio de Janeiro, 2009.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – Síntese de Indicadores 2009**. Rio de Janeiro, 2010.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006 – Brasil, Grandes Regiões e Unidades de Federação – segunda apuração**. Rio de Janeiro, 2012.

IBGE cidades - <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/index.php>. Acesso em 10 mar 2013.

KASSAI, S. **Utilização da Análise por Envoltória de Dados (DEA) na Análise de Demonstrações Contábeis**. Tese (Doutorado) – Faculdade de

Economia, Administração e Contabilidade. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

KOTLER, P. **Administração de marketing**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

LEMES, J. A. B; RIGO, C. M; CHEROBIM, A. P. M. S. **Administração financeira: princípios, fundamentos e práticas brasileiras**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2005.

LIMA, D; WILKINSON, J. (Org.). **Inovações nas tradições da agricultura familiar**. Brasília: CNPq/Paralelo, 2002.

LOVATO, D. M. **A escola pública contemporânea (rural) e o processo de trabalho no campo**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, Mato Grosso do Sul, 2003.

MARION, J. C. Contabilidade Básica. 10ª Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARQUES, P. V; LOVE, H. G. Cooperativas-escola nas escolas técnicas agrícolas. **Scientia Agrícola**, Piracicaba, v. 50, n. 3, p. 509-516, out./dez. 1993.

MENDONÇA, Sonia. R. de Estado e Ensino Agrícola no Brasil: Da Dimensão Escolar ao Extensionismo-Assistencialismo (1930-1950). VII Congreso Latinoamericano de Sociología Rural, 2006, Quito. **Anais Eletrônicos ... VII Congreso Latinoamericano de Sociología Rural**. QUITO : ALASRU-FLACSO, 2006. p. 01-10. Disponível em <http://www.alasru.org/wp-content/uploads/2011/12/17-GT-Sonia-Mendon%C3%A7a.doc>.

MICHAELIS DICIONÁRIO. Disponível em www.michaelis.uol.com.br. Acesso em 01 abril 2013.

MORGAN, G. **Imagens da Organização**. SP: Atlas, 2007.

NASCIMENTO, O. V. do. **Cem anos de Ensino Profissional no Brasil**. Editora Ibpex, 2007, 461 p.

NASCIMENTO. Jorge Luiz. Retornando ao regime seriado. **Anais...VII Encontro de Educação em Engenharia**, 2001. Disponível em <http://www.dee.ufri.br/VIIIEEE/VIIIEEE.html>. Acesso em 12 julho 2012.

PRONATEC. Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego. Disponível em <http://pronatec.mec.gov.br/>. Acesso em 20 jun 2013.

RIBEIRO, J. D. A organização dos pequenos produtores rurais: um caminho para o desenvolvimento sustentável e passaporte para o sucesso da

Agricultura Familiar na Amazônia brasileira, 2005. Disponível em:
<<http://www.floraef fauna.com/artigostecnicos/artigo29.htm>>. Acesso em: 10 out. 2012.

SAES, Maria Sylvia Macchione. *Organizações e Instituições*. In: ZYLBERSZTAJN e NEVES, **Economia e Gestão dos Negócios**

Agroalimentares: indústria de alimentos, indústria de insumos, produção agropecuária, distribuição. São Paulo: Pioneira, 2005, cap. 8, p. 165-186.

SATO, L. “*Djunta-mon*”: o processo de construção de organizações cooperativas. **Psicologia USP**, v. 10, n. 2, p. 221-227, 1999

SATO, L.; ESTEVES, E. **Autogestão – possibilidades e ambigüidades de um processo organizativo peculiar**. São Paulo, ADS – Agência de Desenvolvimento Solidário/CUT – Central Única dos Trabalhadores, 2000. 45p.

SILVA JÚNIOR, A. F; FONSECA, S. G. O ensino no meio rural brasileiro.

EccoS, , vol. 12, núm. 2, julho-diciembre, 2010, pp. 469-486. Disponível em:<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=71518580012>> ISSN 1517-1949.

Acesso em 12 dez 2012.

SILVA, R. A. G da. **Administração rural**: teoria e prática. 2ª ed. (ano 2009), 3ª reimpr. Curitiba, Juruá, 2012.

SILVA, R. O. **Teorias da Administração**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

SILVA, M. C.L. **Da casa da família à casa da escola**: dimensões de gênero na experiência educativa em alternância no município de Cametá-P. 2008.

SILVEIRA, T. C.; LIMA, S. C. F. de. (Re) Construindo a história do ensino rural em Uberlândia – escola usina Ribeiro (Fazenda Santa Teresa): 1936 – 1950.

Anais... V Congresso Brasileiro de História da Educação, 2008, UFS/ UNIT, Aracaju, Sergipe, Brasil. Disponível em

<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuais-coautorais/eixo03/Tania%20Cristina%20da%20Silveira%20e%20Sandra%20Cristina%20F.%20de%20Lima%20-%20Te.pdf>. Acesso em 01 dez 2012.

SIMIONE, 2009

SOUZA, M. M. O; PÊSSOA, V. L. S. O processo de formação do território rondoniense revisado: da colônia ao golpe de 1964. **Acta Geográfica**, Boa Vista, v. 4, n. 8, p 143-160, jul/dez de 2010.

TEIXEIRA, E. S.; BERNARTT, M. .; TRINDADE, G. A. Estudos sobre Pedagogia da Alternância no Brasil: revisão de literatura e perspectivas para a pesquisa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.34, n.2, p. 227-242, maio/ago. 2008.

UNEFAB. União Nacional das escolas Família Agrícola do Brasil. Disponível em <http://www.undefab.org.br>. Acesso em 01 maio 2013.

WAGNER, S. A; GIASON, E.; MIGUEL, L. A. et al. (Orgs.). **Gestão e planejamento de unidades de produção agrícola**. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2010.

ZAWISLAK, P. V. Economia das Organizações e a base para o pensamento estratégico. In: CLEGG, S. R et al (orgs). Handbook de Estudos Organizacionais. SP: Atlas, 2004, p. 180-185.

ZUIN, L. F. S.; QUEIROZ, T. R. **Agronegócio: gestão e inovação**. São Paulo: Saraiva, 2006. 436 p.

APÊNDICE 1 – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS AGRICULTORES E FILHOS/ESTUDANTES

Questionário aplicado ao produtor familiar do Vale do Guaporé-RO

I-Pessoal

Nome: _____ -

Escolaridade: _____ -

Número de pessoas na família: _____.

Número de pessoas da família que trabalha na propriedade: _____.

Grau de escolaridade:

Grau de escolaridade familiar:

Possui a declaração de aptidão ao PRONAF: () Sim () Não

Tamanho da propriedade: _____

II - Questões sobre a Produção:

- 1) O que produzem na propriedade?
- 2) Como decidem a produção?
- 3) Como definem as técnicas de produção (uso dos insumos, compra de máquinas, uso da mão de obra, forma de plantio)?
- 4) Como fazem a divisão do trabalho?
- 5) Contratam mão de obra? Se a resposta for sim completar se permanente ou temporária e, em quais períodos da produção ocorre a contratação.
- 6) Existe o consumo próprio do que produzem?
- 7) Se sim (questão 6), quais itens consomem e com que frequência
- 8) É possível estimar a porcentagem de itens que são produzidos e consumidos na propriedade em relação aos total consumindo incluindo compras.

III- Questões sobre Comercialização:

- 1) Como decidem a comercialização?
- 2) Existem intermediários ou a venda é para o consumidor final?

- 3) Quais são os canais de comercialização?
- 4) Qual a maior dificuldade encontrada para comercializar o(s) produto(s)?

IV- Acesso a créditos rurais:

- 1) Acessou algum crédito rural nos últimos cinco anos? (Se a resposta for sim responda as questões das letras a, b, c, d, caso seja não responda a questão de letra e)
 - 1.a) Quais créditos foram usados?
 - 1.b) Qual o valor retirado?
 - 1.c) Qual foi a finalidade do crédito?
 - 1.d) Já pagou o crédito?
 - 1.e) Por qual motivo não acessou crédito nos últimos cinco anos?
- 2) O crédito utilizado foi retirado com base em decisões do proprietário ou foi feito conforme a disponibilidade do crédito no banco ou agente financeiro.

V- Gestão.

- 1) Como ocorre a gestão de sua propriedade?
- 2) Quais as dificuldades encontradas na gestão do empreendimento?
- 3) Como planejam o orçamento dos gastos na produção?
- 4) Utilizam o cálculo das receitas e despesas como informação gerencial?
- 5) Existe a participação dos filhos no processo de gestão?
- 6) Os integrantes familiares que trabalham na propriedade retiram alguma espécie de remuneração?
- 7) Quais as técnicas que utiliza para fazer os controles financeiros de compra e venda?
- 8) Como planeja a produção?
- 9) Como determina a plantação ou manutenção da lavoura?
- 10) Tem perspectiva de ampliar o empreendimento diversificando ou aumentando as áreas plantadas?
- 11) Qual sua visão a curto, médio e longo prazo do setor em que atua e de seu empreendimento?

VI- Uso dos insumos

- 1) Já usou ou usa insumos químicos na produção? Quais tipos?
 - 2) De que forma adquire esses insumos?
 - 2.a) () recursos próprios.
 - 2.b) () financiamento em bancos.
 - 2.c) () Financiamento na própria loja de insumos.
 - 2.d) () Outras formas de financiamento.
 - 3) Usa venenos em sua propriedade?
 - 3.a) quais tipos de veneno?
 - 3.b) Usa sob orientação agrônômica regularmente?

3.c) Observa as quantidades e especificações de aplicações descritas ou recomendada?

VII- Orgânicos.

1) Em sua propriedade existe produção orgânica em que nível?

1.a) () Consumo próprio.

1.b) () Consumo próprio e venda de excedente.

1.c) () Produção exclusiva para venda.

1.d) () Não existe produção de orgânicos.

VIII- Organizações Rurais

1) Participa de alguma organização rural (cooperativa, associação, etc.)? Qual tipo?

2) Caso não participe justifique o motivo.

3) Caso participe descreva as vantagens e desvantagens em participar.

IX- O que acredita faltar em sua propriedade ou mesmo fora dela para que sua renda seja aumentada?

X- Você acredita que o curso de gestão ou administração aplicado na escola EFA te auxilia? Caso sua resposta for sim especifique o auxílio.

Questionário aplicado ao filho do produtor familiar do Vale do Guaporé-RO

I- O que você aprendeu sobre administração Rural que considera muito importante para o desenvolvimento da propriedade de sua família.

II- Você consegue aplicar com facilidade os métodos administrativos que aprende na escola na propriedade de sua família? Se não por que?

III- Já aplicou algum plano ou estratégia de negócio que aprendeu no curso na propriedade de sua família? Caso sua resposta for sim, especifique qual plano ou estratégia.

IV- Se a propriedade fosse sua usaria algum método de administração diferente da usada na propriedade familiar?

V- Você considera a gestão da propriedade exercida pelo seu pai aberta ou fechada para novidades e técnicas administrativas.

VI- Assinale a alternativa a seguir que corresponda ao setor da propriedade familiar onde acredita que haja mais falhas na gestão.

- a) () Produção
- b) () Comercialização
- c) () Finanças
- d) () Compra
- e) () Planejamento
- f) () outros - especificar

APÊNDICE 2 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa "*Gestão agrícola em propriedades rurais familiares do Vale do Guaporé-RO*".

Você foi selecionado(a) a participar deste projeto por ser produtor familiar nos municípios de Costa Marques, São Francisco do Guaporé, Seringueiras e São Miguel e sua participação não é obrigatória. O objetivo deste estudo é medir e analisar o desenvolvimento das famílias agrícolas do Vale do Guaporé – Rondônia, que, por intermédio da escola agrícola (EFA), iniciam a aplicação de métodos de gestão em suas propriedades agrícolas com o intuito de planejar suas ações de produção, de comercialização e de aplicação dos recursos financeiros em seus empreendimentos. Sua participação nesta pesquisa consistirá em participar de entrevistas/questionários que serão realizadas em sua residência, no horário que será combinado com o pesquisador.

O desenvolvimento deste projeto pode acarretar riscos como desconforto durante as entrevistas que serão realizadas, que pode ser agravado pela insegurança de exposição da identidade dos participantes. Para minimização dos riscos descritos, a desistência de participação no projeto pode ocorrer a

qualquer momento, por sua simples manifestação em relação ao desconforto das atividades de entrevista. Você terá completa proteção da identidade, que em nenhum momento da exposição dos dados será revelada.

Sua participação é voluntária, podendo desistir a qualquer momento e retirar seu consentimento, sem sofrer qualquer prejuízo ou retaliação devido a sua desistência. As informações obtidas neste estudo serão confidenciais, assegurando sua privacidade, pois serão dados nomes fictícios aos participantes para a exposição dos resultados, sem deixar possibilidades de que a identidade das participantes seja exposta.

Não haverá nenhum gasto ou ganho remunerado aos participantes.

O desenvolvimento deste projeto será acompanhado pelo pesquisador responsável, Administrador, aluno do mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural – UFSCAR, sob orientação da Profa. Dr. Andrea Eloisa Bueno Pimentel.

Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço da pesquisadora principal, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

AGOSTINHO FERNANDO ADAMI

RUA TREZE DE MAIO 310, CASTELO, BATAIS, SP

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar. O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFSCar que funciona na Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos, localizada na Rodovia Washington Luiz, Km. 235 - Caixa Postal 676 - CEP 13.565-905 - São Carlos - SP – Brasil. Fone (16) 3351-8110. Endereço eletrônico: cephumanos@power.ufscar.br

Local

data

ASS: AGRICULTOR(A) PARTICIPANTE